

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

O MICROCOSMOS

A QUESTÃO DO SOLIPSISMO NO TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS DE WITTGENSTEIN
(UMA INTERPRETAÇÃO DA SEÇÃO 5.6)

BEN-HUR CANABARRO FURLAN

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. SÍLVIA ALTMANN

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PORTO ALEGRE

2009

BEN-HUR CANABARRO FURLAN

O MICROCOSMOS

A Questão do Solipsismo no Tractatus Logico-Philosophicus de Wittgenstein
(Uma Interpretação da Seção 5.6)

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Filosofia do Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas da
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL como requisito
parcial à obtenção do título de
mestre em Filosofia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Sílvia Altmann

Porto Alegre

2009

Dedico esta dissertação a DEUS, o verdadeiro responsável pelo sucesso desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Diva Canabarro Furlan, por tudo que passou ao meu lado nesses últimos anos.

À amiga Prof^a Dr^a. Carla Brandalise, cuja atenção e humanidade, em certo momento de minha vida, permitiu muito mais do que um final feliz para essa dissertação.

À amiga e orientadora Prof^a Dr^a Sílvia Altmann, por sua orientação competente e segura. Considero um privilégio a oportunidade que tive de aprender com essa intelectual tão generosa e rica em conhecimento.

Ao amigo e ex-professor Dr. Paulo Faria, que foi o primeiro a mostrar para mim a grandeza da filosofia de Wittgenstein e que muito contribuiu para minha formação acadêmica.

Ao Prof. Dr. João Carlos Brum Torres, cujo apoio foi imprescindível no início de meu mestrado. Ao Prof. Dr. Gerson Luiz Louzado, que despertou em mim o amor pela filosofia e com quem tive o prazer de discutir alguns pontos deste trabalho. Aos amigos Prof. Me. Milton Bins, Prof. Dr. Cleo Altenhofen e Prof. Dr. Eduardo Luft, por acreditarem em mim.

Ao funcionário Edgar Ronei Noriing, porque sempre me estimulou a ir em frente.

Quero registrar ainda que nosso esforço não teria logrado êxito se não fosse o auxílio dos professores doutores: Balthazar Barbosa Filho, Lia Levy, Luiz Henrique Lopes dos Santos, Arley Moreno, Jaime Rebello. A eles - e a Balthazar Barbosa Filho (in memoriam) – deixo meus sinceros agradecimentos.

Agradeço também aos colegas de Pós-Graduação Inara Zanuzzi, João Hobuss, Márcio Roberto Teixeira, Élfio Mendes, Fabian Scholze Domingues, pela amabilidade e companheirismo.

À Secretária do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFRGS, Eliza Mazzarollo, pela assistência enquanto cursei o mestrado.

À Capes pelo apoio financeiro na fase inicial da pesquisa.

Aos meus tios, Ciro de Oliveira Dias e Gládis Canabarro Dias, que indiretamente contribuíram para o bom resultado deste empreendimento.

Aos meus irmãos e às minhas irmãs da Assembléia de Deus – Ministério Restauração pelo apoio e afeto.

Aos colegas cevevianos (CVV), pelo auxílio que permitiu conciliar a rotina dos plantões com o trabalho acadêmico.

“Não carregues em ti só uma morada
da verdade:

O que tu dizes, nada mais que isso.

Quem julga deter saber exclusivo,

Possuir língua e mente estranhas aos demais,

Nesse, se o abres, verás o vazio”.

Sófocles (Antígona)

“O sujeito, na medida em que conhece
uma idéia, já não é um indivíduo”.

A. Schopenhauer

(O Mundo como Vontade e Representação, §33)

LISTA DE ABREVIATURAS DAS OBRAS DE WITTGENSTEIN CONSULTADAS¹

BB: The Blue and the brown Books

LR: Letters to Russell

NB: Notebook

NL: Notes ou Logic

PI: Philosophical Investigations

PR: Philosophical Remarks

PT: Prototractatus

RLF: Some Remarks on logical Form

T: Tractatus Lógico-Philosophicus

WL: Wittgenstein's Lectures, 1932-1935

WWK: Wittgenstein und der Wiener Kreis

Z: Zettel

¹ Mantivemos as abreviaturas em língua inglesa, com exceção das obras Wittgenstein e o círculo de Viena' e 'Fichas', para facilitar sua identificação por parte dos leitores de Wittgenstein.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	08
1 SOBRE OS LIMITES DA LINGUAGEM	12
1.1 PRIMEIRA APROXIMAÇÃO.....	12
1.2 'ESSA COISA ESTRANHA, O PENSAMENTO'.....	15
1.3 POR QUE É NECESSÁRIO ESTABELEECER OS LIMITES DA LINGUAGEM?..	30
2 'DEVEMOS RECONHECER COMO A LINGUAGEM TOMA CONTA DE SI'	40
2.1 O GRUNDGEDANKE DO TRACTATUS.....	41
2.2 SOBRE A FORMA DAS PROPOSIÇÕES ELEMENTARES.....	55
3 O MICROCOSMOS	67
REFERÊNCIAS	85

APRESENTAÇÃO

Segundo Wittgenstein, a investigação que culminou no *Tractatus Logico-Philosophicus* ‘avançou dos fundamentos da lógica para a essência do mundo’ (NB, 2.8.1916). Com a lógica, Wittgenstein procura abarcar as regras de descrição do mundo por proposições (T:3.01,4.26) e, então busca as condições que tornam significativas as sentenças, dispensando considerações metafísicas (T:6.53) e mentalistas (T:4.1121). Quando afirmamos que Wittgenstein dispensa considerações metafísicas queremos com isso dizer que não há, no *Tractatus*, qualquer preocupação em responder de modo propositivo qual a constituição da realidade ou de que se compõe a nossa experiência. Por sua vez, quando afirmamos que o filósofo dispensa considerações mentalistas estamos nos referindo ao fato de que sua investigação sobre os fundamentos da lógica não parte de representações que possuam algum caráter subjetivo como, por exemplo, a noção de juízo na filosofia moderna. Essa posição frente à filosofia é, na verdade, uma consequência da idéia segundo a qual a lógica deve cuidar de si mesma (T: 5.473). Logo, se a essência do mundo, para Wittgenstein, não se resolve na elaboração de um sistema metafísico, será um esforço vão qualquer tentativa para responder, apenas por meio da lógica, qual a realidade última das coisas. Do mesmo modo, se não há, no *Tractatus*, fundamento para uma abordagem mentalista da linguagem, tampouco deve haver para tematizar a lógica de um ponto de vista subjetivo no qual, por exemplo, as proposições descrevam as representações privadas dos indivíduos. Todavia, no aforismo 5.62, o filósofo afirma que o que se quer dizer com a “tese” solipsista é correto, entretanto, não pode ser dito, mas é algo que se mostra.

Em sua primeira obra, Wittgenstein explica a tese solipsista do seguinte modo:

Que o mundo seja *meu* mundo, é o que se mostra nisso: os limites *da* linguagem (a única linguagem que eu entendo) significam os limites de *meu* mundo (T:5.62)².

Eu sou meu mundo. (O microcosmos) (T:5.63)

² Essa é a tradução correta da frase entre parênteses do aforismo 5.62, conforme correção feita por Wittgenstein à tradução inglesa do *Tractatus* (cf.: Anscombe, 1996, 167; J. Hintikka, 1966, 161; Mounce, 1981, 91). Estamos em débito com o Prof. Dr. Paulo Faria por ter chamado nossa atenção para esse ponto do texto tractariano.

O primeiro desses excertos parece ser uma formulação alternativa à versão clássica do solipsismo³. Contudo, no segundo, ao colocar o sujeito como 'microcosmos' e identificá-lo com o mundo, ao que tudo indica, Wittgenstein considera o mundo como a totalidade de suas vivências privadas, vindo, portanto, ao encontro da noção clássica de solipsismo. Em textos posteriores, a elucidação dessa doutrina aproxima-se ainda mais da formulação tradicional.

A proposição que somente a experiência presente é real parece conter a derradeira consequência do solipsismo. E, em certo sentido, isso é assim; apenas o que é capaz de dizer tão pouco [quanto a sentença anterior – BCF] pode ser dito pelo solipsista (PR, 1990: 85).

Essas passagens bastam para testificar a dificuldade de conciliar o conceito de solipsismo, assim como esses excertos o apresentam com a filosofia da lógica do Tractatus. Há, contudo, nessas citações – ainda que implicitamente –, um ponto comum, a saber, o enfoque do tema se dá a partir de certa noção de lógica da linguagem.

O objetivo deste trabalho consiste em apresentar alguns pontos necessários para que se possa compreender:

- 1) O que Wittgenstein quer dizer com a afirmação segundo a qual 'o que o solipsismo quer significar é inteiramente correto' (T:5,62)?
- 2) Como a 'verdade do solipsismo' resulta, ou melhor, vem a ser pressuposta como uma das condições formais de toda filosofia tractariana da lógica?

Entre os pontos que destacamos para esclarecer a essas perguntas estão:

- a) a linguagem – a proposição, para ser mais exato – como meio de representação a partir do qual delimita-se o que se pode dizer com sentido;
- b) a forma de afiguração como a coordenação dos elementos da figuração segundo uma forma lógica;
- c) compreender que esse movimento que leva da essência da linguagem à essência do mundo passa pela questão do solipsismo não só para atender

³ A versão clássica desse conceito filosófico pode ser assim definida: 'A doutrina segundo a qual toda a existência é experiência e há apenas um sujeito dessa experiência' (LALANDE, 1993, 1054).

os compromissos de sua filosofia da lógica, mas para lograr os objetivos práticos, sobretudo éticos, almejados por Wittgenstein em sua obra.

Para alcançar nossos objetivos, dividimos este trabalho do seguinte modo: Em primeiro lugar, devemos observar que há pelo menos um fim colimado tanto pela filosofia da lógica do *Tractatus* quanto pela doutrina solipsista, a saber, estabelecer um limite ao pensamento e, assim, traçar um limite aos fatos que podem ser pensados. Esse limite, como se vê nos excertos citados, Wittgenstein o encontra na linguagem. Essa tarefa nos levará a indagar, na primeira seção deste trabalho, sobre o que Wittgenstein entende por pensamento no *Tractatus* e suas relações com a linguagem. Iniciamos por duas afirmações feitas pelo filósofo, à primeira vista inconciliáveis, a respeito do conceito de pensamento. Buscamos, então, nos textos de Wittgenstein, a noção que elucida o conceito em apreciação, isto é, a noção de 'figuração lógica'. Com isso, provamos que todo signo que satisfaz as condições para ser figuração lógica pode representar (afigurar) um fato. Ser uma figuração lógica, portanto, é justamente o que caracteriza o conceito de pensamento. Constatamos, contudo, que há, para a tarefa de traçar os limites do pensamento, a primazia da linguagem sobre as demais formas de figuração, ou seja, de expressão do pensamento. O ponto é importante, pois é na linguagem que, segundo Wittgenstein, devemos procurar os limites do pensamento e do que pode ser pensado.

Uma vez discutido o primado da linguagem para a investigação realizada no *Tractatus*, cabe explicar porque é necessário delimitar os limites da linguagem. Essa tarefa cumprir-se-á na segunda seção do primeiro capítulo. Revelar-se-á ainda, naquela seção, que o objetivo principal do *Tractatus* concerne aos temas da filosofia prática. Conhecidas as razões para traçar os limites da linguagem, mostramos, na primeira seção do segundo capítulo, como tais limites são traçados. Para tanto, precisamos conhecer a idéia na qual a filosofia tractariana da lógica apóia-se. Segundo o 'Grundgedanke' do *Tractatus* 'as constantes lógicas não estão por objetos' (T:4.0312), ou seja, elas não simbolizam qualquer elemento que possa pertencer à essência do mundo. Em seguida, provaremos que há apenas 'uma constante lógica', isto é, a forma geral da proposição (T:5.47). A constante lógica é a forma de uma função de verdade, ou melhor, é uma variável proposicional que determina uma classe de proposições. Como única constante lógica a forma geral é,

para dizer em poucas palavras, a regra fundamental da sintaxe lógica com a qual todo uso dos signos deve estar de acordo para afigurar os fatos. Ela é, pois, a única condição formal que a lógica pode apresentar *a priori* para servir de limite à linguagem.

Quanto às regras sintáticas e às formas lógicas, reza o Tractatus que só existem em uso (T:3.327). Se é possível antecipar as formas das proposições complexas, é porque conhecemos a forma geral da proposição e pressupomos que as proposições elementares têm sentido (T:6.124). O mesmo não ocorre, entretanto, com as proposições elementares. Segundo Wittgenstein, não é possível antecipar a forma – e tampouco o conteúdo – das proposições elementares valendo-nos exclusivamente da forma geral. A solução desse problema contribui fortemente para a solução do problema do solipsismo, como teremos oportunidade de mostrar na segunda seção do capítulo segundo. Além disso, a solução dada ao problema das proposições elementares também será de grande valia para, no terceiro capítulo, dar solução à questão do solipsismo.

Finalmente, deter-nos-emos, no terceiro capítulo, a examinar a seção propriamente dedicada ao solipsismo (T:5.6-5.641). O ponto que defenderemos é que, segundo o Tractatus, a correta compreensão do solipsismo distancia-se da formulação clássica, isso porque, do ponto de vista lógico, não há sujeito da representação. O sujeito transcendental (ou metafísico), do qual nos fala Wittgenstein, reduz-se à unidade da intencionalidade, comum a todas as proposições.

Consideramos importante esclarecer que este trabalho não visa expor a evolução da filosofia de Wittgenstein. Cabe ainda advertir que não pretendemos esgotar os temas aqui tratados. Almejamos, antes de tudo, contribuir para o estudo do pensamento de Wittgenstein, de modo que outros possam vir e fazer melhor.

1 SOBRE OS LIMITES DA LINGUAGEM

1.1 PRIMEIRA APROXIMAÇÃO

Wittgenstein, no aforismo 5.641 do Tractatus, escreve:

Assim, há realmente um sentido em que se pode em filosofia, falar não psicologicamente do eu.

O eu entra na filosofia pela via de que “O mundo é meu mundo”

O eu filosófico não é o homem, não é o corpo humano, ou a alma humana, de que trata a psicologia, mas o sujeito metafísico, o limite – não uma parte – do mundo.

Esse aforismo resume, por assim dizer, o que Wittgenstein entende por solipsismo em sua primeira obra. A primeira frase do excerto estabelece a oposição entre o sujeito da tese solipsista, do ponto de vista wittgensteiniano, e o sujeito que é objeto de estudo da psicologia, oposição essa reencontrada na última frase. Deixemos de lado, momentaneamente, a segunda frase e continuemos no mesmo enfoque. A terceira e última frase, por sua vez, explica que o eu filosófico (metafísico):

- não é o corpo humano, não é o homem, nem mesmo a alma humana (em sentido psicológico);
- ele não é parte do mundo;
- o sujeito filosófico é o limite do mundo.

No primeiro item, o sujeito é pensado negativamente, ou seja, enfatiza-se o que ele não é. O segundo item retoma as observações feitas no aforismo 5.631:

O sujeito que pensa, representa, não existe. Se eu escrevesse um livro O Mundo tal como o Encontro, nele teria que incluir também um relato sobre meu corpo, e dizer quais membros se submetem à minha vontade quais não, etc. – este é bem um método para isolar o sujeito, ou melhor, para mostrar que, num sentido importante, não há sujeito algum: só dele não se poderia falar neste livro (T:5.631).

Depreende-se, portanto, que o sujeito não faz parte do mundo porque, em toda sentença, ele jamais ocupa o lugar de objeto, ou seja, o sujeito transcendental não é passível de descrição. Conseqüentemente, o item dois acima sintetiza o que é afirmado no item um. Se o sujeito não se encontra no mundo, então ele não pode ser um corpo, um ser humano ou a alma (enquanto uma continuidade e sucessão de estados psíquicos). Devemos atentar para o item três. Ou seja, o problema é saber como o sujeito vem a ser um limite do mundo. Trata-se apenas de um limite negativo, como na passagem citada logo acima?

Notemos que, já em 5.62, o solipsismo é abordado de dois modos. Primeiramente, o tema é visto, pelo prisma da filosofia da lógica, isto é, do que se pode ou não dizer.

O que o solipsismo quer *significar* é inteiramente correto; apenas é algo que não se pode *dizer*, mas que se mostra (T:5.62).

Da perspectiva lógica exibida no segundo parágrafo, o solipsismo passa, no parágrafo terceiro, a uma formulação lógico-ontológica.

Que o mundo seja *meu* mundo, é o que se mostra nisso os limites da linguagem (a única linguagem que eu entendo) significam os limites do meu mundo (Idem).

Dessa passagem até o aforismo 5.641 a explanação se dá de um ponto de vista metafísico. Mas, apesar do viés ontológico no desenvolvimento do tema, a citação anterior permite vincular a noção de sujeito filosófico (transcendental) à concepção de lógica da linguagem defendida no *Tractatus*. Nesse caso, a segunda frase 'O mundo é meu mundo' (T:5.641), que sintetiza a tese solipsista, está relacionada à idéia de que o sujeito é o limite do mundo – pois a única linguagem compreensível limita o mundo. Mas o que quer dizer a idéia segundo a qual a linguagem possui limites compartilhados com o mundo? No aforismo anterior ao citado está escrito:

Na lógica (...) não podemos dizer: há no mundo isso e isso, aquilo não. Isso aparentemente pressuporia que excluímos certas possibilidades, o que não pode ser o caso, pois, do contrário, a lógica deveria ultrapassar os limites do mundo: como se pudesse observar esses limites também do outro lado. O que não podemos pensar, não podemos pensar, portanto, tampouco podemos *dizer* o que não podemos pensar (T:5.61).

Por esse trecho do *Tractatus*, vê-se que por limite da linguagem entende-se a impossibilidade de dizer ou pensar, valendo-se apenas da lógica, o que há no mundo. A alusão aos limites da linguagem e do pensamento nos aforismos 5.6 a 5.62 remete à seção que antecede à questão do solipsismo (isto é, a seção onde se pergunta pela viabilidade de saber *a priori* a forma das proposições elementares) e remete ainda ao Prefácio, onde Wittgenstein esclarece os objetivos da obra. Um desses objetivos, vale adiantar, é traçar um limite para o pensamento ao traçar um limite à sua expressão, que, segundo Wittgenstein, encontra-se na linguagem.

Quanto à ligação da tese solipsista com a possibilidade de saber *a priori* a forma das proposições elementares, nós teremos a oportunidade de abordar mais adiante⁴. Por ora, interessa-nos salientar que, ao dizer que ‘o mundo é o meu mundo’, o solipsista intenta delimitar o que pode ser pensado⁵ e, conseqüentemente, o que pode ser conhecido. Se consultarmos o Prefácio do *Tractatus*, veremos que um dos objetivos de Wittgenstein nessa obra é justamente demarcar o âmbito do que se pode pensar.

O livro pretende, pois, traçar um limite para o pensar, ou melhor – não para o pensar, mas para a expressão dos pensamentos (...) (T: Prefácio, 131).
O limite só poderá, pois, ser traçado na linguagem, e o que estiver além do limite será simplesmente um contra-senso (Idem, *Ibidem*).

E, tanto na tese solipsista quanto na lógica tractariana, o limite é traçado naquela que é a expressão do pensamento, ou seja, a linguagem. É isso que faz do solipsismo o tema caracteristicamente tractariano (FARIA, 1989, 16) ou dominante (PEARS, 1997, 176).

Portanto, seja qual for a tese solipsista, sua intenção vai ao encontro do objetivo primeiro da lógica de Wittgenstein. Logo, levando em conta esse paralelo entre o propósito do solipsismo e o de Wittgenstein no *Tractatus*, iniciaremos nossa investigação pelo conceito de pensamento na obra em questão, uma vez que é desse que, de fato, o filósofo quer dar conta, passando, em seguida, ao conceito de proposição enquanto unidade e expressão do pensamento. Com isso, explicaremos, na segunda seção deste capítulo, qual relação o pensamento guarda com a linguagem e porque a linguagem é, por assim dizer, ‘a medida do pensamento’, isto é, porque o limite do pensamento deve ser traçado na linguagem.

⁴ Na segunda seção do segundo capítulo e no terceiro capítulo.

⁵ Cf. (T:5.6, 5.61, 5.62).

1.2 'ESSA COISA ESTRANHA, O PENSAMENTO'⁶

Para compreendermos o conceito tractariano de pensamento, há dois comentários de Wittgenstein aos quais devemos nos ater.

Agora fica claro porque eu pensei que o pensamento e a linguagem eram o mesmo. Pensar é um tipo de linguagem. Um pensamento também é, é claro, uma figura lógica da proposição e, por conseguinte, ele é exatamente um tipo de proposição (NB, 12.9.1916).

Um pensamento é constituído de palavras? Não! Mas de constituintes psíquicos que têm a mesma espécie de relação com a realidade que as palavras. O que esses constituintes são eu não sei (L.R., 19.8.1919: NB, Appendix III, 131).

À primeira vista, estamos diante de afirmações contrárias. Esse juízo parece ainda mais justificado se sabemos que, segundo o *Tractatus* (T:3.14), toda proposição elementar é formada por nomes⁷. Por conseguinte, tudo nos leva a crer que Wittgenstein afirma, simultaneamente, 'Todo pensamento é uma proposição' e 'Nenhum pensamento é uma proposição'. Além disso, na segunda citação, é dito que o pensamento é constituído por elementos psíquicos. Tal comentário traz novas dificuldades para assimilarmos o conceito de pensamento, pois introduz uma diferença entre pensamento e linguagem inexistente no *Tractatus*, onde a natureza do primeiro é desimportante para a lógica, uma vez que se quer é mencionada.

Entretanto, notemos que a terceira frase da primeira citação apresenta a expressão 'figuração lógica' e que é a partir dela que Wittgenstein atribui identidade entre pensamento e proposição. Esta é a expressão chave na qual devemos nos deter para solucionar o problema. Deixemos de lado, por ora, o que significa o adjetivo 'lógico' na expressão 'figuração lógica' e concentremo-nos apenas na noção de figuração.

Por figuração, Wittgenstein entende um 'modelo da realidade' (T:2.12), mas também um fato (T:2.141). Fato, no *Tractatus*, é a existência de estados de coisas (T:2). A existência de estados de coisas é, digamos assim, um fato positivo (T: 2.06) – à estrutura deste corresponde a estrutura daquele (T:2.034). (Estado de coisas é

⁶ Gramática Filosófica, 105.

⁷ 'O sinal proposicional consiste em que seus elementos, as palavras, nele estão, uns para os outros, de uma determinada maneira' (T:3.14).

uma ligação (T:2), concatenação de objetos simples (T:2.03))⁸. Não devemos, entretanto, confundir fatos com ‘complexos de elementos’! O Cubo de Necker, como sabemos pode ser visto como uma projeção feita de cima para baixo ou de baixo para cima. Para isso, basta que o observador organize os elementos de sua experiência, ora fitando os vértices inferiores, ora fitando os vértices superiores. Temos nesse exemplo, o mesmo complexo de elementos, mas dois fatos diferentes. De que modo essas ‘elucidações’ abarcam tanto os estados psíquicos quanto sentenças⁹?

Suponhamos que nosso desejo seja representar o seguinte fato: ‘O livro branco está à esquerda do livro amarelo’ e sejam ‘b’ e ‘a’ os signos que estão, respectivamente, pelos livros branco e amarelo. Assim, a posição relativa dos livros poderia ser representada pelo diagrama ‘b-a’. O que faz do signo ‘b-a’ figuração do fato em questão? Em primeiro lugar, uma estrutura, aqui constituída por signos (traços sobre o papel), e, em segundo, um método de projeção¹⁰, ou seja, um procedimento que permita traduzir ‘b-a’ como representação dos livros e suas relações espaciais recíprocas (T:3.11, 3.12). Assim, temos um fato – no caso, um signo gráfico – servindo como modelo para outro fato, a disposição espacial dos livros. Isso explica porque a figuração é um modelo dos fatos e também um fato. (Aliás, nós podemos aduzir, a figuração pode ser um modelo da realidade porque, antes de tudo, é um fato).

A estrutura da figuração é o meio pelo qual os elementos que dela fazem parte estão concatenados no ato de afigurar. Ela pode ser alterada sem que a representação se altere. Podemos afigurar o mesmo fato por meio de outras estruturas, por exemplo, no caso anterior, a relação entre os livros poderia ser descrita por: b/a, 2-1, cRd, etc. De modo semelhante, o método é convencional, pois é regido pelas necessidades que os falantes buscam atender. Há, diz Wittgenstein, várias formas de figuração: espacial, cromática, etc (T:2.171). Mas essas são, por assim dizer, características externas à noção de figuração, uma vez que elas são inessenciais para que nós a compreendamos.

⁸ Objeto simples, por sua vez, é todo aquele que não pode ser descrito, ou seja, afigurado, mas apenas nomeado (T:2.02,3.144, 3.221).

⁹ Usamos a palavra ‘elucidação’ para os aforismos do Tractatus e para as idéias que eles veiculam, pois o próprio Wittgenstein assim o faz (Cf. T: 654).

¹⁰ A diferença entre um sinal e um símbolo é que o primeiro é apenas um estado de coisas, ou um objeto, enquanto o segundo é o sinal em uso (T:3.2, 3326).

Portanto, a análise da noção de figuração revela que:

- Todos os fatos são formados por estados de coisas, estruturados de algum modo (T:2 e 2.01 e 2.0272);
- Toda figura é um fato (T:2.141), pois só fatos podem estar por fatos (T:3.142);
- A figuração é uma relação entre um fato e um estado de coisas possível pela correlação de suas partes (T:2.15);
- Essa correlação é dada pelo método de projeção (T:3.11).

Os dois primeiros itens tratam, digamos assim, das condições formais da estrutura, isto é, toda figuração é um fato, um conjunto de estados de coisas existentes. Isso quer dizer que a figuração é, antes de tudo, certa composição de elementos – por oposição aos objetos, pois esses são destituídos de partes. Os dois últimos itens acentuam o uso que fazemos dos signos, isto é, a projeção de estado de coisas existentes sobre outro estado de coisas possível. Se esse exame apreende o essencial da noção que estamos estudando, podemos concluir que a condição de toda figuração descansa na possibilidade de estabelecer um método de projeção por meio do qual uma estrutura possa concordar ou não com um fato. Entretanto, é importante frisar que não é por semelhança que um fato vem a ser figuração de outro. Esse ponto merece ser explicado.

Se os fatos são heterogêneos, como é possível tomá-los como figuração uns dos outros: Isso requer que o fato afigurante e o fato afigurado tenham algo em comum (T:2.16, 2.161). Na seção que trata da noção de figuração (T:2.1-2.225), encontramos as seguintes passagens.

Que os elementos da figuração estejam uns para os outros de uma determinada maneira representa que as coisas assim estão umas para as outras. Essa vinculação dos elementos da figuração chama-se sua estrutura, a possibilidade desta, sua forma de afiguração (T:2.15).

O que toda figuração, qualquer que seja sua forma, deve ter em comum com a realidade para poder de algum modo – correta ou falsamente – afigurá-la é a forma lógica, isto é, a forma da realidade (T:2.18).

A forma, nesse caso, não significa um outro elemento que o estado de coisas afigurante e o estado de coisas afigurado compartilham, ou mesmo um gênero

supremo do qual as diferentes figurações são as espécies, e sim a possibilidade de construir estruturas figurativas. 'A forma é', diz Wittgenstein, 'a possibilidade da estrutura' (T:2.033). Assim, a figuração pode afigurar qualquer domínio da realidade cuja forma ela tenha (T:2.171). Por essa razão, há, como dissemos, diferentes tipos de figuração (Idem). Logo, um estado de coisas só pode ser figuração de outro caso tenha a forma em comum com ele.

Mas, além disso, Wittgenstein ressalta que, embora nem toda figuração seja, por exemplo, espacial, toda figuração é lógica (T:2.18), e acrescenta que a forma da figuração lógica é a forma lógica (T:2.181, 2.182). O que isso quer dizer? Para explicar adequadamente esses conceitos, deter-nos-emos, com mais vagar, no que ficou conhecido entre os comentadores como a 'ontologia' do Tractatus. Para tanto, retomemos o conceito lógico do qual mais nos ocupamos até o momento: a figuração.

Vimos que a figuração é sinônimo de modelo dos fatos e fatos são a existência de estados de coisas. A realidade é a existência ou inexistência de estados de coisas (T:2.06). Logo, figurações são modelos da realidade, pois a figuração pode afigurar o que é e o que não é o caso. A realidade total, por sua vez, é o mundo (T:2.063). Vimos ainda que os fatos são conjuntos de estados de coisas (T:4.2211) e que esses são uma ligação de objetos simples (T:2.01). Desse modo, sabendo que a totalidade dos fatos – ou seja, o mundo, a realidade -, determina tudo que há e tudo que não há (T: 1.11, 1.12, 2.05, 2.06), se um objeto pode aparecer em certos estados de coisas, isso já deve estar prejulgado no próprio objeto (T: 2.012, 2.0123), não sendo possível encontrar uma nova ligação entre os objetos. Cada possibilidade de concatenação entre objetos é dita uma propriedade interna desses, enquanto as ligações efetivas são as suas propriedades externas (materiais) (T:2.0123, 2.013). A possibilidade do objeto aparecer em estados de coisas é sua forma (T:2.0141). As proposições, enquanto possibilidades de ligação de símbolos, são os correlatos das possibilidades de ligação entre os objetos. Quando afiguramos um fato, apresentamos uma possível ligação de objetos como real (T:2.11, 2.201). Assim, toda figuração capaz de representar um fato no espaço lógico é uma figuração lógica, pois sua forma é a forma lógica. Conseqüentemente, uma forma é dita lógica por ser condição, por um lado, da concatenação de objetos – porquanto, condição dos fatos – e, por outro lado, condição da concatenação dos símbolos, ou seja, da representação proposicional.

No exemplo que usamos, o esquema 'b-a' é usado como figuração espacial, mas é também uma figuração lógica porque é a atualização de certas possibilidades inscritas no espaço lógico. Vale lembrar que, dados todos os objetos, pelas suas propriedades internas é dado todo o espaço lógico (T:2.0124-2.0131), o conjunto de todas as possibilidades de estados de coisas (T:2.014, 2.0141). (O mundo, por conseguinte, é todo fato existente no espaço lógico (T:1.13), ou seja, uma conjunção de estados de coisas existente.)

Assim, poder-se-ia dizer que o conceito de figuração lógica é importante, entre outras razões, porque estende o que se compreende por figuração a todo o espaço lógico, não estando mais limitada – essa noção – ao modo de representação espacial. Explica-se, assim, porque nos ocupamos com os conceitos de 'mundo', 'objeto' e, é claro, 'espaço lógico'. Por sua vez, a forma de afiguração lógica é dita 'lógica' porque concerne a todas as possibilidades de figuração (T:2.18, 2.19) e do que pode ser afigurado. Logo, forma lógica é o que os fatos devem ter para que um seja figuração lógica do outro.

Explicamos, pelo que foi exposto, o conceito de pensamento no Tractatus. Toda figuração lógica, diz Wittgenstein, é pensamento (T:3). Isso quer dizer: se 'um estado de coisas é pensável', então 'podemos figurá-lo' (T:3.001). Para que um estado de coisas seja 'pensável', vale frisar, é necessário que ele possa ser correlacionado a um outro estado de coisas. Conseqüentemente, se algo é pensável, então a combinação de seus elementos é possível; e, se a combinação é possível, então podemos construir um modelo que descreva essa combinação. Portanto, os elementos psíquicos podem ser considerados como pensamentos, se, realmente, forem figurações lógicas dos fatos, isto é, se seus elementos estiverem correlacionados com os elementos dos estados de coisas afigurados. Isso explica também porque signos lingüísticos são tomados como expressões do pensamento. Sabemos que a linguagem é, para Wittgenstein, a totalidade das proposições (T:4.001). A linguagem é formada por proposições complexas, e essas, por sua vez, são formadas por proposições elementares. Essas últimas são estruturas constituídas apenas por nomes logicamente próprios em relação projetiva. Assim, toda proposição é também um pensamento, segundo a filosofia tractariana da lógica.

O sinal por meio do que exprimimos o pensamento, chamo de sinal proposicional. E a proposição é o sinal proposicional em sua relação projetiva com o mundo (T:3.12).

Na proposição, o pensamento pode ser expresso de modo que aos objetos do pensamento correspondam elementos do sinal proposicional (T:3.2).

Depreende-se, a partir dos argumentos de Wittgenstein, que é através da noção de figuração lógica que o autor do *Tractatus* nos dá uma definição precisa do conceito de pensamento, mostrando inclusive que as propriedades representacionais desse são também atribuíveis à proposição.

Essa solução leva a duas outras interrogações interligadas. A primeira é: se por pensamento se quer dizer uma estrutura usada para afigurar um fato e tendo com esse a mesma forma lógica, por que Wittgenstein afirma categoricamente que o pensamento não é formado por palavras, mas por elementos (os constituintes) psíquicos? A segunda interrogação concerne ao pensamento como figuração lógica, por que Wittgenstein centra na proposição a investigação sobre o limite do pensamento e do mundo?

Quanto à primeira questão, cabe fazer notar que na passagem da carta a Russell por nós citada, Wittgenstein não põe em dúvida a noção de pensamento como figuração lógica. Ele se referia, naquela ocasião, ao pensamento enquanto fenômeno, e, nesse caso, dizer simplesmente que seus elementos são de natureza psíquica é a resposta expeditiva de quem assume seu desconhecimento – e, porque não dizer, desinteresse – no que concerne à natureza do pensamento. Desinteresse justificável, diga-se de passagem, se levarmos em conta que esse é um tema impertinente aos propósitos que o filósofo buscava na lógica. A resposta de Wittgenstein, portanto, pode ser lida do seguinte modo: se as palavras são signos escritos ou sonoros, que constituem a ‘matéria’ das proposições, segue-se que elas não podem ser o que comumente chamamos de pensamento, pois, nesse caso, dizemos que a matéria são os elementos psíquicos. Entretanto, se, como vimos, os constituintes psíquicos são empregados para afigurar os fatos, assim como as proposições o fazem, então também eles devem ser contados como possíveis figurações lógicas da realidade (Cf. SANTOS, 1993, 74). Logo, não há, na mencionada comunicação dirigida a Russell, fundamento para alegar que:

Ainda que, pretendendo-se anti-psicologista, o *Tractatus* relegue à psicologia empírica a questão de quais são os constituintes dos pensamentos, o fato é que a obra incorpora a idéia mentalista de que a mente é que dá significado à linguagem (GLOCK, 199, 252).

Quanto à segunda questão, duas são as razões para debruçarmo-nos sobre ela. Em primeiro lugar, vimos que toda figuração é figuração lógica, mas a única usada para traçar os limites do pensamento é a proposição – ou, melhor dito, a linguagem. Essa posição de Wittgenstein, sobre o papel decisivo da linguagem para a investigação filosófica, está em consonância, como veremos a seguir, tanto com os textos anteriores quanto posteriores ao *Tractatus*. Em segundo lugar, como já dissemos, especificar o limite da linguagem, daquilo que pode ser dito com sentido, é um propósito acalentado tanto pela filosofia tractariana da lógica quanto pelo solipsismo, tal como esse é focado por Wittgenstein na seção 5.6-5.641 do *Tractatus*. Por conseguinte, o ponto em apreciação é de inteira relevância para o nosso estudo. Vale frisar, entretanto, que não perdemos de vista a, por assim dizer, ‘Revolução Copernicana’ que Wittgenstein realiza a partir da lógica e que conduz à noção de limites da linguagem’.

O limite da linguagem revela-se na impossibilidade de descrever o fato que corresponde a uma sentença... sem repetir aquela mesma sentença. Estamos lidando, aqui, com a solução kantiana para o problema da filosofia (VERMISCHTE BEMERKUNGEN, 464).

Não podemos explicar porque a forma da realidade é como é, pois não há um ponto fora da linguagem a partir do qual possamos examinar as suas características lógicas assim como examinamos os fatos. Que a forma da linguagem é a forma da realidade mostra-se no uso dos signos¹¹. Por essa razão, para descrever um fato descrito por uma proposição, para mostrar que a sua forma é a mesma do estado de coisa que ela descreve, só resta repetir a proposição. É por essa razão que o Prefácio ao *Tractatus* nos diz que o pensamento não se deixa representar, pois para representá-lo precisaríamos de um ponto de vista externo, por princípio impensável.

¹¹ Na verdade, a linguagem (ou o pensamento) não impõe sua forma aos objetos e aos estados de coisas (Cf. SANTOS, 1993, 92 e 93). Simplesmente não podemos pensar algo que não esteja de acordo com a forma do pensamento. Segundo o *Tractatus*, como vimos, pensar é construir um modelo dos fatos. Ora, fazer um modelo de algo que, por princípio, não pode receber modelo algum é, antes de tudo, propor uma tarefa inexecutável. Trata-se, portanto, de um problema prático insolúvel. (Estamos gratos ao Prof. Dr. Balthazar Barbosa Filho que nos ensinou esse ponto).

Enfim, temos consciência da amplitude da visão de Wittgenstein a respeito da lógica da linguagem e a desenvolveremos no terceiro capítulo desta dissertação. E reafirmamos que sabemos que a forma lógica realiza-se em diferentes formas de afiguração (espacial, lingüística, etc). Desejamos, porém, conhecer as razões pelas quais Wittgenstein apóia-se na linguagem em sua investigação. Afinal, embora o conceito 'linguagem' tenha um sentido amplo em toda a obra de Wittgenstein, ele também é empregado em um sentido específico.

'É uma tautologia dizer: a linguagem consiste de sentenças? Assim parece' (NB, 28.5.1915, p. 52).

Para abordar esse ponto, partamos de uma perspectiva ampla sem contudo perder de vista a questão que anima esse trabalho. No Blue and Brown Book (1965,30-3), Wittgenstein comenta que a maioria das dificuldades filosóficas está ligada ao sentido de palavras como 'desejar', 'pensar', 'imaginar'. Tais dificuldades, nesse caso, sintetizam-se na frase: 'como é possível pensar o que não há?' (idem, 30). Trata-se daquilo que se denomina, na filosofia moderna, por 'Problema da Intencionalidade'. Aliás, Wittgenstein já se deparava com essa dificuldade em uma formulação mais ampla, antes mesmo de concluir o primeiro esboço do Tractatus.

A obscuridade obviamente reside na questão: em que realmente consiste a identidade entre signo e coisa significada? E essa questão é (uma vez mais) o principal aspecto de todo problema filosófico (NB, 3.9.1914).

No Tractatus, a resposta dada à questão da intencionalidade, segundo o seu autor, é: "Nós imaginamos [pensamos, desejamos, etc.] combinações não existentes [isto é, o que não há] de elementos existentes' (Cf. BB, 1965, 31). Assim sendo, se a descrição daquilo que não existe é, como visto, logicamente dependente de combinações cujos elementos devem existir, então:

- a representação do que há difere da representação do que não há simplesmente pela organização de seus elementos;
- é necessário que os elementos da combinação alcancem a realidade, ou seja, que a projeção sobre os fatos seja factível para a combinação ser uma figuração.

Tanto a primeira condição, por exigir uma ordem nos elementos da figuração (modelo), quanto a segunda, por implicar a coordenação de fatos pela coordenação de seus objetos (T:5.542), requerem uma regra (ou sistema de regras). Se estamos certos, (i) há pelo menos uma regra que satisfaz as duas condições, (ii) regra essa cuja expressão apresenta (mostra) a forma do mundo. Só assim entenderemos a real dimensão da lógica da linguagem na economia interna do *Tractatus*.

(...) E a filosofia, se fosse dizer alguma coisa, teria de descrever a essência do mundo; e a filosofia como guardiã da gramática pode, de fato, apreender a essência do mundo, só não em proposições da linguagem, mas em regras para essa linguagem que excluem combinações sem sentido de signos (PR, 1990, 85).

Esse excerto, embora seja de uma obra de um período posterior ao do *Tractatus*, está em perfeita consonância com a primeira obra de Wittgenstein. Com base no que foi exposto, não deve ser surpresa se a resposta por nós procurada estabelecer como mutuamente dependentes os conceitos de ‘intencionalidade’ e ‘regras sintáticas’, pois é somente na medida que há regras que os símbolos podem, por assim dizer, deixar a mera cogitatio e ir às próprias coisas¹². Nossa pergunta, portanto, permite ser parafraseada por ‘Qual característica a linguagem deve possuir para expressar os limites do pensamento através das regras de sua sintaxe lógica?’ Essa pergunta nos remete novamente à idéia de figuração lógica, uma vez que é ela que define a noção de pensamento. Primeiramente, sabemos que a figuração lógica pode afigurar o mundo, uma vez que sua forma é a forma do mundo, a forma da realidade (T:2.18, 2.19). Entretanto, a figuração lógica não pode afigurar a forma lógica justamente por que essa última é o que faz de uma figuração uma representação de algo (T:2.172-2.174). A impossibilidade de representar a forma lógica é conseqüência das noções de figuração e forma lógicas. Se a figuração representasse o que é logicamente necessário, ela não seria compreendida como o símbolo passível de concordar ou não com os fatos, pois o que é logicamente necessário é válido em todos os mundos possíveis. Mas, sendo assim, como a forma lógica se mostra a priori?

Sabemos que a sintaxe lógica nada mais é que um conjunto de regras, um conjunto de instruções para o uso de signos. A sintaxe nada diz a respeito do

¹² Cabe assinalar que estamos conscientes que a sintaxe, por si só, não é condição suficiente para a representação dos fatos, e que é necessário ainda um método de projeção. Contudo, seja qual for o método, como veremos, integra-se à forma lógica da realidade.

significado dos termos. Além disso, não se poderia dizer *a priori* o que os termos significam, pois, dado o isomorfismo entre linguagem e mundo – condição da significação – seria necessário conhecer quais elementos existem no mundo. Tais elementos são conhecidos somente no ato de projeção. Por conseguinte, como apontamos, a sintaxe não nos permite construir proposições ou fazer inferências, a menos que algo nos seja dado, a saber, o sentido das proposições elementares e o significado dos nomes próprios. Isso implica conhecer a natureza dos objetos simples envolvidos. Ora, para conhecer os objetos, diz Wittgenstein, precisamos conhecer todas as suas propriedades internas (T:2.01231). Porquanto, não conhecemos os objetos pela experiência, mas tão-só pela análise lógica, ou seja, ao decompormos completamente uma proposição. Contudo, se é assim, a lógica nada poderia adiantar sobre o mundo, nem mesmo que sua forma é a mesma da linguagem. É por essa razão que Wittgenstein volta-se para as proposições da lógica. Segundo Wittgenstein, o fato de calcularmos o valor de verdade meramente pelo conhecimento das regras de composição dos signos sentenciais, contém toda a filosofia da lógica (T:6.113). Veremos, ao final do desenvolvimento dessa questão, o que essa afirmação quer dizer. Antes, porém, precisamos abrir um parêntese para explicar o que vem a ser ‘proposições da lógica’.

Primeiramente, de acordo com a sintaxe lógica, há dois tipos de proposições: as proposições genuínas e as proposições lógicas (tautologias e contradições). As primeiras são todas as sentenças cuja especificação do valor de verdade depende da comparação da proposição com os fatos (T:2.223,2.224). Para tanto, precisamos compreender o sentido da proposição. O sentido de uma proposição é o que ela descreve (T:2.221,4.064:), ou seja, é o estado de coisas possível que, por meio da proposição, é posto como existente. Por conseguinte, compreender uma proposição é ‘saber o que é o caso se ela for verdadeira’ (T:4.024). A compreensão de uma proposição da lógica, por outro lado, não implica saber o que é o caso se ela for verdadeira, mas simplesmente em conhecer suas regras de composição dadas pelas constantes lógicas. Tais sentenças não são proposições em sentido pleno, pois não seguem o Princípio de Bipolaridade. Portanto, as proposições da lógica não dizem coisa alguma, são sem sentido (sinnlos), pois enquanto a tautologia é verdadeira para qualquer situação no mundo, a contradição é falsa (T:4.461,4.462). Elas são casos das possíveis combinações de símbolos, demarcam a dissolução do papel representativo dos signos proposicionais (T:4.466).

Todavia, as proposições da lógica não são algaravias, pois seu valor de verdade – apesar de não ser conhecido pela comparação da proposição com os fatos – não é arbitrário (T:6.124) e, sobretudo, porque elas estão integradas a um simbolismo que, como veremos, é específico da linguagem (embora essas proposições não sejam elas próprias, relações simbólicas) (T:4.4661). São essas características que explicam o interesse de Wittgenstein pelas proposições da lógica. Vejamos esses pontos pormenorizadamente.

Ao estudar as proposições da lógica, constatamos que pelo menos quatro funções podem-lhes ser atribuídas, uma logicamente dependente da outra. Não vamos comentá-las na ordem que se encontram no *Tractatus*, mas sim levando em conta a ordem lógica entre elas e os propósitos da presente investigação. A primeira função que comentaremos é a que Wittgenstein denomina demonstração na lógica (T:6.126). Trata-se do procedimento de gerar proposições lógicas ao tomar cada tautologia como base para inferir uma nova tautologia (e uma contradição para inferir uma nova contradição) (T:6.126). Por esse procedimento, mostra-se que certas proposições difíceis de serem reconhecidas devido à sua notação são, de fato, tautologias (T:6.1262). A demonstração na lógica apóia-se em um aspecto peculiar dessa disciplina. Nela, escreve Wittgenstein, processo e resultado são idênticos (T:6.1261). Isso porque toda proposição lógica é um *modus ponens* representado em sinais. (É por essa razão que o *modus ponens* mostra-se em todas as proposições da lógica, mas ele próprio não é representável (T:6.1264)). Assim, toda proposição da lógica é sua própria demonstração (T:6.1265)¹³.

A demonstração na lógica não deve ser confundida com demonstração lógica de proposições com sentido, adverte Wittgenstein (T:6.1263). Enquanto a demonstração na lógica é o procedimento ‘mecânico para facilitar o reconhecimento da tautologia, quando ela é complicada’ (T:6.1262), a demonstração da lógica, por sua vez, resulta em uma proposição com sentido e sua demonstração é justamente a prova de sua verdade (T:6.1264). No entanto, se desejamos saber se a demonstração da verdade de uma proposição (uma demonstração lógica) é válida, recorreremos igualmente às proposições da lógica. Essa é a segunda função que as tautologias (e contradições) desempenham (T:6.121-6.1221).

¹³ Se é que podemos falar, em sentido estrito, que há demonstrações na lógica, uma vez que suas proposições não seguem de axiomas ou de outras proposições já demonstradas.

Em sentido lato, inferir é provar que uma proposição segue-se de uma ou mais proposições por um número finito de operações. Se é assim, há somente uma possibilidade de ligação proposicional: as condições de verdade do conseqüente estão contidas nas condições de verdade do antecedente (T:5.11, 5.122). Com efeito, a implicação do conseqüente pelo antecedente resulta em tautologia e, nesse caso, a inferência é válida.

Se duas proposições “ p ” e “ q ”, p. ex., na ligação “ $p \supset q$ ” resultam numa tautologia, fica claro que q se segue de p . Que “ q ” se siga de “ $p \supset q$ ”, p. ex., vemos nessas próprias proposições, mas podemos também mostrá-lo assim: ligando-as em “ $p \supset q.p: \supset q$ ” e mostrando então que isso é uma tautologia (T:6.1221).

Logo, a validade de uma demonstração lógica pode ser obtida por redução ao absurdo com o concurso das proposições da lógica.

Em ambas as demonstrações, recorre-se às proposições da lógica porque elas expressam, antes de tudo, o que é comum entre os símbolos. Somente o que é comum aos signos – o essencial no símbolo – pode cumprir o mesmo fim (T:3.341). Essa é, pois, a terceira função das proposições em apreciação: pôr em evidência as propriedades e relações lógicas dos símbolos proposicionais. Assim, por exemplo, a tautologia $(\sim p \vee q) \rightarrow \sim(p \cdot \sim q)$ mostra que a situação que faz a expressão à esquerda do condicional verdadeira faz verdadeira a expressão que está à direita desse conectivo.

Na proposição lógica, proposições são postas em equilíbrio umas com as outras, e o estado de equilíbrio indica então como estas proposições devem estar logicamente constituídas (T:6.121).

Mas, compreender um esquema tautológico, vale lembrar, não é suficiente para saber qual o sentido das proposições que dele fazem parte. Tampouco descobre-se, por esse expediente, qual o valor de verdade das proposições complexas que compõem as proposições da lógica. O que se pode conhecer são as propriedades lógicas das proposições genuínas (complexas) que formam as proposições da lógica. Essas propriedades criam a oportunidade para salientar as propriedades dos estados de coisas e, conseqüentemente, do mundo.

Que as proposições da lógica sejam tautologias, isso *mostra* as propriedades formais-lógicas-da linguagem, do mundo. Que suas partes constituintes, assim enlaçadas, resultem numa tautologia, isso caracteriza a lógica das suas partes constituintes (T:6.12).

Propriedades e relações formais (também ditas ‘internas’) são aquelas cuja presença caracteriza os objetos ou estados de coisas (T:4.122, 4.1221), sendo impensável que esses não as possuam (T:4.123). É impensável que esses elementos não tenham tais relações internas porque elas são justamente o que é comum entre as estruturas proposicionais (T:4.125). Portanto, embora as proposições da lógica nada digam, elas mostram as diferentes propriedades formais das estruturas lógicas. Assim, por exemplo, o esquema proposicional ‘ $p \rightarrow p$ ’ diz o mesmo que ‘ $\sim(p.\sim p)$ ’, mas o último mostra que é o resultado da substituição de ‘q’ por ‘ $\sim p$ ’ em ‘ $\sim(p.q)$ ’, enquanto que o primeiro não privilegia esse aspecto estrutural (cf. NB, Appendix II, 117)¹⁴. Dadas essas propriedades, é dada a armação, o arcabouço lógico cujo concurso restringe a descrição dos fatos a um ‘sim’ ou ‘não’ (T:4.023). Dizer que a proposição afigura por estar em uma armação lógica é dizer, através de uma metáfora inspirada nos conhecimentos de engenharia que Wittgenstein sabidamente possuía, que a proposição é como um corpo cujos ‘graus de liberdade’ estão limitados por estar no interior de uma estrutura rígida. A armação lógica, portanto, restringe os significados dos signos e o sentido das proposições¹⁵.

Chegamos à quarta e mais importante função, ao nosso ver, exercida pelas proposições da lógica. Às proposições lógicas compete não somente exhibir a armação do mundo, mas, sobretudo, indicar as condições formais de toda figuração.

As proposições lógicas descrevem a armação do mundo, ou melhor, representam-na. Não “tratam” de nada. Pressupõem que nomes tenham significado e proposições elementares tenham sentido: e essa é sua ligação com o mundo. É claro que algo sobre o mundo deve ser denunciado por serem tautológicas certas ligações de símbolos que têm essencialmente um caráter determinado. É isso que é decisivo. (...) se conhecemos a sintaxe lógica de uma notação qualquer, já estão dadas, então todas as proposições da lógica (T:6.124).

Por conseguinte, toda a armação lógica do mundo, que a sintaxe lógica descreve por meio das proposições da lógica, assenta-se, conforme o excerto acima, nos seguintes pressupostos: o significado dos nomes e o sentido das

¹⁴ No texto do Notebook, em vez de ‘esquema’, consta o conceito ‘variável proposicional’. Contudo, em outras passagens, o filósofo usa essas expressões como sinônimas (NB, Appendix I (NL), 100).

¹⁵ Os conceitos ‘forma lógica’ e ‘armação lógica’ têm o mesmo significado (T:4.12-4.1211, 6.124, 6.22).

proposições genuínas. Mas essas duas condições formais podem ser postas sob uma só, a saber: a intencionalidade da linguagem. Essa nada mais é, como vimos, que a projeção dos signos segundo a forma lógica, pois compreender uma proposição é saber o que é o caso (T:4.024). Tudo que a reflexão sobre a intencionalidade permite antever, partindo tão-só da lógica tractariana, é que a forma dos símbolos lingüísticos é idêntica a forma do mundo que eles retratam.

Tautologias e contradições, vale frisar, podem ser calculadas *a priori* porque, antes de mais, pressupomos que as proposições que as compõem têm sentido e valor de verdade. Para que as proposições tenham sentido é mister, por sua vez, que suas partes tenham sentido (caso sejam proposições) ou significado (caso sejam nomes). Dito de outro modo, ainda que outras tautologias compareçam em proposições da lógica, essas devem ser, por sua vez, formadas por proposições genuínas. Ora, a condição para que isso se dê e que é antecipada pela lógica, segundo o Tractatus, é que a forma da linguagem seja a forma do mundo. É importante frisar que somente aquelas proposições que pressupõem toda a linguagem nos permite refletir sobre as propriedades lógico-formais da linguagem e a forma que ela compartilha com o mundo. Assim, as tautologias, como sabemos, são implicadas por qualquer proposição; a tautologia, metaforicamente falando, é o elemento neutro do simbolismo lógico – alusão ao número ‘zero’ para a operação de adição (T:4.4611)¹⁶. Por outro lado, a contradição implica qualquer proposição e ela própria não se segue de proposição alguma – é uma combinação que mostra a dissolução do simbolismo. Temos, por conseguinte, todo o espectro de representações possíveis coberto pelas proposições lógicas e, conseqüentemente, pela linguagem. Como escreve o próprio Wittgenstein:

Proposições da lógica *mostram* algo *porque* a linguagem na qual elas são expressas pode *dizer* todas as coisas que podem ser ditas (NM, April 1914, In: NB, 1984,109).

Mas, se estamos certos, as proposições da lógica simplesmente explicitam o que a teoria da figuração lógica já denuncia.

A primeira coisa que a teoria da figuração lógica por meio da linguagem nos dá é uma informação a respeito da natureza da relação de verdade. A teoria da figuração lógica por meio da linguagem diz – de

¹⁶ Veremos, no segundo capítulo, que proposição é todo signo que participa do cálculo proposicional, isto é, todo signo ao qual se aplica o operador de negação.

modo muito geral: a fim de ser possível que uma proposição seja verdadeira ou falsa – concorde com a realidade ou não – para que isso seja possível, alguma coisa na proposição deve ser idêntica com a realidade (NB, 20.10.1914 – o grifo em negrito é nosso – BCF).

Porquanto, com base no que expusemos, podemos dizer que somente a proposição como figuração lógica permite desvendar a essência de toda representação. Entretanto, embora toda figuração mostre a lógica da linguagem e do mundo, é apenas com o auxílio das tautologias e contradições que as propriedades lógicas da linguagem podem ser descritas e, sobretudo, que a forma geral pode ser trazida à luz. Compreende-se, agora, porque para Wittgenstein, o fato de calcularmos o valor de verdade das proposições da lógica somente pelas regras de combinação dos símbolos contém toda a filosofia da lógica (T:6.113). Compreende-se também porque ‘a lógica foi chamada a teoria das formas e das inferências’ (T:6.1224). Mas, sobretudo, explica-se porque a linguagem é o meio de expressão por excelência do pensamento. Trata-se, como Wittgenstein afirmará mais tarde, da descrição da essência do mundo pelas regras gramaticais (PR, 1990, 85)

Certamente a atenção de Wittgenstein foi despertada para a importância da linguagem pelos vários autores que o influenciaram. Lembremos, por exemplo, que Russell inicia os seus comentários a respeito da filosofia de Leibniz com a frase:

Que toda boa filosofia deva começar por uma análise das proposições, eis uma verdade demasiado evidente, talvez, para precisar ser demonstrada (RUSSELL, A Filosofia de Leibniz, 1968, 10).

E da obra de Schopenhauer vem talvez a mais forte influência¹⁷:

A linguagem é o primeiro produto e o instrumento necessário da razão: também se vê em grego e em italiano a mesma palavra significar ao mesmo tempo a razão e a linguagem: o ‘λόγος’, il discorso. (...) É apenas graças à linguagem que a razão pode realizar os seus maiores feitos, por exemplo, a ação comum de vários indivíduos, a harmonia dos esforços de milhares de homens num intento preconcebido, a civilização, o Estado; depois, por outro lado, a ciência, a conservação da experiência do passado, o agrupamento de elementos comuns num conceito único, a transmissão da verdade, a propagação do erro, a reflexão e a criação artística, os dogmas religiosos e as superstições (SCHOPENHAUER, 2001, 45).

¹⁷ Isso para não citar as contribuições do legado de Frege à filosofia da lógica.

Entretanto, uma tal explicação interessaria à história das idéias e não à filosofia, pelo menos a filosofia tal como Wittgenstein a pensava¹⁸.

Se essas considerações esclarecem por que é na linguagem que se deve delimitar o pensamento, a pergunta que se impõe é: 'por que traçar um limite, qualquer que seja ele, ao pensamento?' Porém, respondê-la não é fazer outra coisa que explicar os objetivos do *Tractatus*. Eis a tarefa para a próxima seção.

1.3 POR QUE É NECESSÁRIO ESTABELEECER OS LIMITES DA LINGUAGEM?

Uma das maneiras de apresentar uma questão filosófica consiste em começar por uma outra questão de interesse imediato e a partir da qual pretende o seu autor responder à primeira, considerada de maior importância. Assim, para ficarmos apenas em alguns exemplos, Aristóteles procura responder à indagação dos seus antecessores 'o que é ser?', começando pela pergunta 'O que é a substância?', após concluir que tudo que tem ser ou é substância ou é uma de suas determinações. Já Kant, na primeira crítica, quer dar conta da questão: 'Como é possível a metafísica como ciência?' respondendo, primeiramente, à pergunta 'O que são juízos sintéticos *a priori*?', pois os juízos que, segundo esse filósofo, encontramos na metafísica devem ser sintéticos e apodíticos, como é o caso dos juízos sintéticos *a priori*. Berkeley, por sua vez, busca combater o ceticismo que advém, segundo ele, da ambígua noção de 'matéria', e, para esse fim, pergunta pelo significado das idéias gerais abstratas, entre as quais se inclui a idéia de matéria.

Esses poucos exemplos servem para estimarmos em que medida o procedimento desses filósofos contrasta com aquele adotado por Wittgenstein no *Tractatus*. Uma rápida leitura dos conteúdos da obra revela uma variedade de temas que se estende da forma da proposição à teoria das probabilidades, da função das

¹⁸ A história não interessava à filosofia de Wittgenstein. E isso se deve, na verdade, à sua concepção de sujeito filosófico (metafísico), que não se deixa apreender na historicidade, mas sim, como veremos no terceiro capítulo, pela reflexão sobre os 'elementos comuns' a todos os mundos possíveis.

'O que tem a história a ver comigo?

Meu é o primeiro e único mundo!

Eu desejo reportar a como *Eu* encontro o mundo.

O que os outros no mundo contam-me a respeito do mundo é uma parte muito pequena e acidental da minha experiência do mundo' (NB, 2.9.1916).

teorias científicas ao problema do sentido da vida e, é claro, à questão do solipsismo. No entanto, não há uma exposição detalhada dos objetivos colimados no *Tractatus*. Acrescente-se que o modo pelo qual os tópicos adquirem relevância na contextura da obra não é menos difícil de responder. Enfim, a diversidade de temas e a exposição, muitas vezes lacônica, encobrem tanto os reais objetivos de Wittgenstein como também a linha de argumentação que a eles conduz. No Prefácio, o autor indica, em termos muito gerais, os fins almejados.

(...) Teria alcançado seu fim [isto é, o *Tractatus* encontraria o seu fim – BCF] se desse prazer a alguém que o lesse e entendesse. O livro trata dos problemas filosóficos e mostra – creio eu – que a formulação desses problemas repousa sobre o mau entendimento da lógica de nossa linguagem. Poder-se-ia talvez apanhar todo o sentido do livro com estas palavras: o que se pode em geral dizer, pode-se dizer claramente; e sobre aquilo de que não se pode falar, deve-se calar.

O livro pretende, pois, traçar um limite para o pensar, ou melhor – não para o pensar, mas para a expressão dos pensamentos (...). O limite só poderá, pois, ser traçado na linguagem, e o que estiver além do limite, será simplesmente um contra-senso (T:Prefácio, 131).

Na primeira frase desse excerto, há um aparente lugar-comum, a saber, que o objetivo do livro teria sido alcançado ‘se desse prazer a alguém que o lesse e entendesse’. (Ao longo desta seção, teremos a oportunidade de nos apercebermos da importância dessa frase para a ‘filosofia primeira’ de Wittgenstein). Na seqüência, o filósofo comenta que o livro versa sobre os problemas da filosofia e mostra, segundo o seu autor, que eles têm origem na má compreensão da lógica da linguagem. No parágrafo seguinte, a tarefa do livro é caracterizada como ‘traçar os limites para a expressão do pensamento’. ‘O limite’, conclui Wittgenstein, ‘só pode ser encontrado na linguagem e o que estiver além dele será um contra-senso’ (Unsinn). Já vimos, na seção anterior, porque o limite ao pensamento só pode ser traçado na linguagem. Porquanto, temos aqui as idéias já aventadas na seção anterior, ou seja, a lógica estabelecendo o limite da linguagem e a linguagem como expressão do pensamento. De que modo essas tarefas conciliam-se? A seguinte passagem auxiliar-nos-á a responder:

A filosofia limita o território disputável da ciência natural (T:4.113).
 Cumpre-lhe limitar o impensável de dentro, através do pensável (T:4.114).
 Ela significará o indizível ao representar claramente o dizível (T:4.115).

Porquanto, para seguir o modelo de exposição por nós mencionado, podemos dizer que o objetivo imediato do *Tractatus* é encontrar as condições formais que permitem discernir entre proposições com sentido de contra-sensos. Limita-se, desse modo, o impensável (o indizível) através do pensável (o dizível). O que pode ser dito, corresponde às proposições da ciência natural, pois a totalidade das proposições – a linguagem – é a descrição completa do mundo (T:4.001 e 4.26), e a ciência natural completa é constituída pela descrição de todos os fatos (T:4.11), portanto, pela descrição completa do mundo. Pode-se citar, como indício de correção dessa leitura, a metáfora topológica da delimitação do sentido (T:Prefácio, 131)¹⁹. Ao traçarmos a ‘linha’ que separa as sentenças significativas traçamos, ao mesmo tempo, a linha que separa os signos proposicionais sem sentido, um movimento está ligado ao outro²⁰. Entre os signos sem sentido, Wittgenstein inclui as sentenças que pertencem à filosofia.

A maioria das proposições e questões que se formularam sobre temas filosóficos não são falsas, mas contra-sensos. Por isso, não podemos de modo algum responder a questões dessa espécie, mas apenas estabelecer seu caráter de contra-sensos. A maioria das questões e proposições dos filósofos provém de não entendermos a lógica de nossa linguagem. (São da mesma espécie que a questão de saber se o bem é mais ou menos idêntico ao belo) (T:4.003).

Antes de prosseguirmos, notemos que a citação não afirma que *todos* os problemas filosóficos são carentes de sentido – ao contrário do que dissemos –, mas, isso sim, que esse é o caso da *maioria* deles. A citação destoa se comparada com a posição negativa de Wittgenstein em relação à filosofia de seu tempo. Referimo-nos, por exemplo, à afirmação enfática segundo a qual a solução dos problemas filosóficos é de pouca importância²¹. Tal atitude não é dogmática. O autor do *Tractatus* tem uma idéia precisa do que vem a ser um problema solúvel, haja vista a discussão em torno da questão do ceticismo.

O ceticismo *não* é irrefutável, mas manifestamente um contra-senso, se pretende duvidar onde não se pode perguntar. Pois só pode existir dúvida

¹⁹ Cf. ainda MS 108 [Apud HINTIKKA, 1994, 42-3].

‘O objetivo da filosofia é construir um muro onde a linguagem simplesmente termine’.

²⁰ De acordo com a seção anterior, o correto seria dizer que a investigação lógica separa o uso assintático dos signos do uso conforme as regras.

²¹ Se a avaliação feita por Wittgenstein é correta, devemos nos acautelar com interpretações acerca do *Tractatus* que resultem em respostas propositivas sobre temas filosóficos, uma vez que, se a filosofia nos proporcionasse tais respostas, seria forçoso reconhecer que essas não seriam, para Wittgenstein, desimportantes.

onde exista uma pergunta; uma pergunta, só onde existe uma resposta; e esta, só onde algo *possa ser dito* (T:6.51).

Em suma, só há um autêntico problema teórico se existe, em contrapartida, uma sentença com sentido que conte como sua solução. No caso da ciência, as disputas são válidas porque se baseiam na totalidade das proposições (T:4.11)²². Mas a passagem mais importante sobre o seu método em filosofia retoma a relação entre a compreensão da obra como um todo e as conclusões que o leitor poderia delas tirar.

O método correto da filosofia seria propriamente este: nada dizer, senão o que se pode dizer; portanto, proposições da ciência natural – portanto, algo que nada tem a ver com filosofia; e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições. Esse método seria, para ele, insatisfatório – não teria a sensação de que lhe estivéssemos ensinando filosofia; mas esse seria o único rigorosamente correto (T:6.53).

Logo, a conclusão de Wittgenstein é inapelável: os problemas filosóficos são pseudoproblemas, porque, no caso deles, não conferimos significados aos signos com os quais os formulamos ou porque os termos da sentença não são, de fato, conceitos, não são regras para construir figurações²³.

Pelo exposto, a investigação sobre os fins do *Tractatus* passa pela noção de filosofia com a qual Wittgenstein trabalha. Nesse contexto, a passagem que melhor exemplifica o que Wittgenstein quer dizer por ‘filosofia’ em sua primeira obra é o aforismo 4.112.

O fim da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos. A filosofia não é uma teoria, mas uma atividade. Uma obra filosófica consiste essencialmente em elucidações. O resultado da filosofia não são “proposições filosóficas”, mas é tornar proposições claras. Cumpre à filosofia tornar claro e delimitar precisamente os pensamentos, antes como que turvos e indistintos (T:4.112).

²² Para melhor assimilar essa idéia, deve-se ler a seção que trata da forma lógica das leis científicas (T:6.3-6.372), com especial atenção para a explicação da função dos sistemas mecânicos nas ciências físicas.

‘A mecânica é uma tentativa de construir, segundo um só plano, todas as proposições *verdadeiras* de que precisamos para a descrição do mundo’ (T:6.343).

²³ Este é o caso dos conceitos formais. Vejamos uma passagem de um período posterior ao *Tractatus*:

‘As palavras que denotam formas não são conceitos, mas sim instruções para a construção de um simbolismo, quer dizer, de figuras lógicas’ (WWK, 1973,194).

‘(...) a série dos signos numéricos não se define por uma propriedade, mas sim que estamos frente a uma lei de construção (...). Logo, este procedimento não significa figuração de uma quantidade sobre outra, no sentido que lhe dá a definição, não significa uma representação sobre os signos numéricos enquanto *signos*, e sim uma figuração *através* do signo numérico enquanto *símbolo*, por conseguinte, uma *expressão* da quantidade’ (Idem, *ibidem*, 195-6).

Esse é o segundo comentário ao aforismo 4.11, que, junto com os demais aforismos da seção 4.111 a 4.116, concerne exclusivamente à idéia de filosofia. No aforismo 4.11, lê-se: ‘A totalidade das proposições verdadeiras é toda a ciência natural (ou a totalidade das ciências naturais)’. Em suma, Wittgenstein aborda a atividade filosófica, primeiramente, retomando o contraponto entre ela e a ciência. Ao contrário das ciências naturais, a filosofia não formula teorias para descrever a realidade, restringindo-se à clarificação do pensamento por meio da análise lógica. Esse ponto também não é dogmático no pensamento de Wittgenstein. Se sabemos que a proposição tão-só apresenta um estado de coisas, o que está ao nosso alcance é mostrar como as coisas estariam se fosse verdadeira a proposição, esclarecendo o seu sentido (WWK, 1973, 70 e 193). Dado que a análise lógica não altera o sentido da proposição analisada, a filosofia nada descobre ou modifica na proposição, com esse procedimento. Vimos, na seção anterior, que o problema essencial da filosofia, para Wittgenstein, é o da identidade entre signo e significado. Se a proposição mantém contato com a realidade, um problema filosófico será, por exemplo, saber se ‘a proposição “A é bom” é do tipo sujeito-predicado’ (NB, 3.9.1914). Assim, toda a filosofia será, concomitantemente, esclarecimento e crítica da linguagem (T:40031), uma vez que, como visto, nem sempre a forma lógica imediatamente apreendida é a real forma lógica da proposição. Por conseguinte, é por se ocupar exclusivamente com a explicitação do sentido das proposições e em mostrar sua forma lógica – em vez de questões factuais – que a filosofia, para Wittgenstein, não se encontra ao lado das ciências (T:4.111, 4.112), diferenciando-se, inclusive, dos estudos lingüísticos²⁴.

Logo, um problema filosófico, para Wittgenstein, ‘surge quando, dada uma regra, algo a ela não se adequa’ (WL, 1973, 3). A razão está nas diferentes maneiras que nossa linguagem é usada cotidianamente. São tais usos que terminam

²⁴ A respeito da diferença entre análise lógica e lingüística, Wittgenstein se detém com mais vagar em ‘Wittgenstein’s Lectures 1932-33’. ‘A diferença importante está nos propósitos pelos quais os lingüistas e os filósofos dedicam-se ao estudo da gramática. Uma óbvia diferença é que os lingüistas preocupam-se com a história e as qualidades literárias, [enquanto] nenhuma dessas questões nos interessam. Além disso, nós construímos nossas próprias linguagens, assim como resolvemos certos problemas que os gramáticos não estão interessados, por exemplo, problemas que surgem a partir da expressão “O tempo flui”’ (Idem, 31). Explica-se, igualmente, porque a concepção de crítica à linguagem realizada por Wittgenstein diferencia-se da crítica de Mauthner, pois esse último, recorria à história e à psicologia para analisar a linguagem (Cf: GLOCK, 1997, 21).

encobrendo os pensamentos veiculados pelas proposições (T:4.002). Desse modo, pode ocorrer, vez ou outra, um hiato entre o sinal empregado e a sua forma lógica.

Assim, a palavra “é” aparece como cópula, como sinal de igualdade e como expressão da existência; “existir”, como verbo intransitivo, tanto quanto “ir”; “idêntico”, como adjetivo; falamos de algo, mas também de acontecer algo (T:3.323).

Assim nascem facilmente as confusões mais fundamentais (de que toda a filosofia está repleta) (T:3.324).

A crítica aos problemas filosóficos consistirá, portanto, em trazer à luz os compromissos lógicos que os usuários assumem ao adotar certos símbolos. Compromissos esses que a multiplicação dos signos e o seu uso livre (muitas vezes assintático) obscurecem.

Acautelemo-nos, entretanto, ao estender essa resposta às questões filosóficas. Se a filosofia é a atividade de esclarecer o sentido das proposições, de pôr em evidência sua forma por meio da análise lógica, então o *Tractatus* não seria uma obra filosófica. Basta uma leitura superficial da primeira obra de Wittgenstein para constatar que os problemas filosóficos não são solucionados pelo recurso à análise lógica. Isso requer atenção.

Sabemos que, para evitar os equívocos no uso dos signos, adotamos um sistema notacional que esteja de acordo com a lógica da linguagem. Os sistemas simbólicos de Frege e Russell são exemplos de notação (T: 3.325) que, entretanto, segundo Wittgenstein, não solucionam todos os problemas²⁵.

Se os sistemas de notação pode encobrir as regras sintáticas, então eles podem encobrir a forma lógica dos símbolos. Isso traz dificuldades de adequação entre a notação e as regras lógico-gramaticais. Há pelo menos três modos da notação conflitar com a gramática lógica, cada um deles ligado a um uso equívoco das regras sintáticas²⁶:

- Quando uma regra é confundida com outra. O exemplo dado por Wittgenstein é o da palavra ‘rosa’ que, na linguagem ordinária, tanto é usada como nome de uma espécie de flor quanto de uma cor (T:3.323);

²⁵ No próximo capítulo, veremos porque os sistemas desses filósofos são insuficientes para Wittgenstein.

²⁶ É importante esclarecer que essas distinções não se encontram explicitadas por Wittgenstein, pelo menos não no *Tractatus*.

- Quando não há regra para combinar um signo com os demais signos da linguagem, ou, dito de outro modo, quando não conferimos significado aos signos (T:6.53);
- Quando conceitos formais (que também são regras) são tomados como conceitos genuínos, exemplo: '1 é um número' (T:4.1272).

Os erros do primeiro e segundo tipos devem ser tratados caso a caso devido as suas especificidades e, portanto, não atingem a linguagem como um todo. Para esses casos, a análise lógica e a elucidação são os procedimentos adequados. Todavia, os erros do terceiro tipo não só tornam ininteligível a linguagem, como ainda mascaram a função analítico-crítica da lógica. Se acompanhamos as idéias de Wittgenstein, não nos passou despercebido que as regras sintáticas, que as proposições da lógica mostram, cumprem unicamente o papel de estabelecer as ligações possíveis entre símbolos, ou seja, elas nada dizem sobre o significado dos símbolos (T:3.33). Logo, a crítica de Wittgenstein dirige-se contra os erros identificados no item três acima.

Denunciar o erro de considerar os conceitos formais como conceitos genuínos é um dos aspectos da filosofia de Wittgenstein que a distingue do restante da filosofia da lógica de seu tempo. Além disso, denunciar os erros do terceiro tipo permite elucidar o objetivo mediato do *Tractatus* e revelar o papel que a idéia de sujeito metafísico desempenha na primeira obra de Wittgenstein. Note o leitor que a distinção entre conceitos genuínos e conceitos formais é o correlato lógico da distinção entre dizer e mostrar, entre a representação e o ato de representar. Chegamos ao ponto que interessa destacar nesta seção.

Como visto, toda proposição apresenta uma forma lógica, porém, toda forma lógica só se dá em uso (T: 3.327). Logo, toda proposição pressupõe um sujeito da ação de projetar os signos, que realiza a ligação entre os termos. Acrescente-se que tal sujeito não pode ser empírico, pois a esse só se pode atribuir o método de projeção. Como toda forma lógica desempenha um papel transcendental, a ação que a expressa na linguagem deve ser considerada transcendental. Por essa razão, atribuímos essa ação a um sujeito transcendental. Assim, se toda proposição indica uma forma lógica e se essa é a expressão do sujeito transcendental, então é o sujeito transcendental uma das condições do sentido proposicional. (A outra condição é a existência da substância do mundo). Por conseguinte, o inefável inclui o que diz respeito à ação espontânea do sujeito transcendental (metafísico).

Poder-se-ia dizer que, no *Tractatus*, há algo semelhante ao que Kant denominara uma protocategoria, a saber, a ‘ligação’ – no caso das proposições elementares – na forma de afiguração. Tal ligação é o resultado de um ato de unificação e ordenamento dos elementos da representação. Esse ato realiza-se pelo concurso da vontade. A vontade em questão é dita transcendental porque:

- é pressuposta em toda figuração, pois toda ela é a afirmação de um estado de coisas como existente e, conseqüentemente, é a negação de outros tantos estados de coisas possíveis;
- sendo a condição de toda forma lógica, ela é a condição de toda proposição, portanto, podemos dizer que é a condição da linguagem como um todo.

O sujeito da ligação dos símbolos não pode ser representado, ou seja, não pode ser apreendido em proposições, uma vez que ele é a condição formal dessas últimas. Essas considerações levaram Wittgenstein a concluir que não há sujeito da representação, mas tão-só o sujeito volitivo.

O sujeito pensante certamente é mera ilusão. Mas o sujeito volitivo existe. Se a vontade não existisse, não haveria aquele centro do mundo, que nós chamamos o eu e que é o portador da ética (NB, 6.8.1916).

Essas conclusões têm conseqüências práticas decisivas para a primeira obra de Wittgenstein. Primeiramente, se os conceitos formais não são conceitos da realidade, mas sim conceitos de operações, temos que, para Wittgenstein, a lógica não é uma ciência muito geral sobre o ser. Descarta-se também, por conseguinte, qualquer pretensão de uma ciência do fazer humano, uma ciência da ética.

A perspectiva filosófica aqui criticada encontra um exemplo fiel nos trabalhos de Bertrand Russell, que pensava a função da filosofia como:

Pode-se [por meio da filosofia – BCF] enfatizar os resultados mais gerais da ciência e procurar dar ainda mais generalidade e universalidade a esses produtos. Ou pode-se estudar os métodos da ciência e procurar aplicá-los, com as necessárias adaptações, ao seu domínio específico (Em: *Meu desenvolvimento filosófico* apud DALL’AGNOL, 1993, 21).

Se pensarmos que a diferença entre filosofia e ciência está no grau de generalidade de seus princípios, a ética, sendo parte da filosofia, pode ser

concebida como uma ciência empírica muito geral sobre a ação humana e suas motivações. É isso justamente o que defende Russell ao escrever “Os Elementos da Ética”.

(...)O fim da ética é, por si mesmo, descobrir proposições verdadeiras acerca da conduta virtuosa e viciosa; e que precisamente tais proposições formam parte da verdade tanto como as proposições sobre a prática; e as proposições sobre a prática não são mais práticas que gasosas as proposições sobre os gases (RUSSELLI, 1985, 11).

(...) O estudo da ética não é algo estranho à ciência e coordenado com ela: é, simplesmente, uma das ciências (Idem, Ibidem, 10).

Para Wittgenstein, ao contrário, as ações dos sujeitos empíricos, enquanto fenômeno como outros quaisquer, não passam de fatos, pois aquelas situações que julgamos ‘boas’ ou ‘más’, de acordo com o autor do *Tractatus*, interessam apenas à psicologia (T:6.423). O valor que atribuímos aos fatos, objetos e pessoas faz parte do modo pelo qual somos por eles afetados e, assim, é um fenômeno, estado de coisas existente, entre outros. Indica-se, por essa consideração, que o modo de interpretar os valores, segundo o *Tractatus*, é tomá-los como absolutos e, acima de tudo, que eles não podem ser extrínsecos às ações, mas, de alguma maneira, devem ‘estar na ação’ em si. Predicados como ‘bem’ e ‘mal’ são atribuíveis apenas a ações livres, isto é, ao sujeito volitivo, pois no mundo há apenas fatos.

Estendemo-nos sobre esses pontos da filosofia prática de Wittgenstein não apenas porque eles lançam luz sobre o que ele compreende por sujeito no *Tractatus*, noção que interessa à questão do solipsismo, mas porque iluminam também o objetivo imediato de sua primeira obra.

Com efeito, o prazer que o filósofo espera que o leitor tenha com a leitura do *Tractatus* (Prefácio, 131) viria do reconhecimento da crítica filosófica – na qual a lógica é o ponto arquimediano – e das conseqüências que tal crítica traz à filosofia prática. Esse é o objetivo principal do *Tractatus*. No terceiro capítulo deste trabalho, retornaremos a alguns desses tópicos da filosofia prática para melhor elucidar o tema desta dissertação.

Para encerrar esse capítulo cabe fazer uma pequena síntese do que vimos. Começamos pela noção de pensamento e descobrimos que Wittgenstein suprime as ambigüidades a ela relacionadas interpretando-a como figuração lógica dos estados de coisas. Vimos ainda que Wittgenstein concentrou sua investigação lógica tomando por base a proposição como figuração lógica e a linguagem – sua sintaxe

lógica – como sua forma. Assim é feito para melhor ressaltar as propriedades lógicas do pensamento como figuração lógica e mostrar também como a figuração liga-se à realidade. Na última seção, esclarecemos que, ao traçar os limites da linguagem, Wittgenstein persegue dois objetivos. Como objetivo imediato visa apresentar as condições formais das sentenças significativas; como objetivo mediato e principal trazer satisfação ao leitor atento da obra com as conseqüências da filosofia tractariana da lógica para a filosofia prática – referimo-nos à pressuposição de um sujeito transcendental tanto como autor da forma lógica de afiguração quanto da ação ética.

2 'DEVEMOS RECONHECER COMO A LINGUAGEM TOMA CONTA DE SI'²⁷

Na seção anterior, constatamos que o principal objetivo do Tractatus diz respeito à filosofia prática e que lograr tal objetivo consiste em realizar uma crítica sistemática à metafísica enquanto um método de filosofar que tem sua razão de ser em uma compreensão equívoca da lógica da linguagem. O que precisamos compreender agora é como Wittgenstein realiza essa crítica com base na lógica de seu tempo para dar conta da ligação entre linguagem e realidade e, conseqüentemente, delimitar o dizível/pensável e o indizível/impensável. Parte da resposta que procuramos encontra-se no que Wittgenstein denominou o 'Grundgedanke' do Tractatus. A outra parte é dada na discussão a respeito da forma lógica das proposições elementares (T:5.55-5.5571), uma vez que nessa seção também levanta-se a questão sobre a ligação da linguagem e a realidade. Além disso, nessa seção (T:5.55-5.5571), encontra-se uma importante contribuição ao conceito de 'limites da linguagem', de crucial importância para compreendermos a noção de solipsismo no Tractatus (T:5.6). A crítica wittgensteiniana se dá a partir de uma filosofia da lógica puramente sintática, prescindindo, portanto, de estabelecer o significado dos signos primitivos da linguagem e negando significado às constantes lógicas. Porquanto, dessas considerações resulta o abandono de qualquer teoria lógico-semântica para a lógica do Tractatus e isso, por sua vez, traz conseqüências importantes, como veremos ao final deste capítulo, para o tema deste trabalho.

Com o intuito de melhor avaliar os tópicos citados, dividimos este capítulo em duas seções. Na primeira, ocupar-nos-emos com a exposição do 'Grundgedanke', bem como a sua relevância para a lógica extensionalista do Tractatus. Na segunda seção, trataremos da possibilidade de antecipar as formas lógicas das proposições elementares.

²⁷ NB, 26.4.1915.

2.1 O GRUNDGEDANKE DO TRACTATUS

No aforismo 4.0312, Wittgenstein enuncia a idéia basilar de sua lógica:

A possibilidade da proposição repousa sobre o princípio da substituição de objetos por sinais. Minha idéia básica é que as “constantes lógicas” não substituem; que a lógica dos fatos não se deixa substituir.

Observemos que o aforismo inicia pela ‘possibilidade da proposição’ e a sua dependência da substituição dos objetos por sinais. Em seguida, afirma-se que as constantes lógicas não se deixam substituir, não estão pela lógica dos fatos. Dado que os objetos são nomeados e fatos são descritos, dizer que a lógica dos fatos não se deixa substituir nada acrescenta ao que já sabíamos através dos conceitos de ‘objeto’ e ‘fato’ no Tractatus. O que é relevante, portanto, aos nossos propósitos no aforismo citado é a introdução da expressão ‘constantes lógicas’ ligada à possibilidade de sentenças com sentido. Essa expressão nos remete à noção de função proposicional porque, como diz Wittgenstein: ‘Onde há composição, há argumento e função, e onde eles estão já estão todas as constantes lógicas’ (T: 5.47). Contudo, antes de esclarecermos esse tópico faz-se necessário estudarmos, com mais detalhes, a idéia de proposição como função de verdade. Para isso, retomaremos algumas características da proposição como figuração lógica, sob pena de, como adverte Anscombe (1996, 81), tomarmos a teoria das funções de verdade e a teoria das descrições como explicações distintas da mesma noção.

Refletindo a partir da noção de proposição por meio das proposições da lógica chegamos à característica essencial de toda proposição genuína, ou seja, o Princípio de Bipolaridade. A consequência que nos importa salientar é que, se ‘p’ é uma proposição, então há um fato ‘F’ tal que ‘p’ o descreve correta ou incorretamente. Contudo, para a proposição ser uma descrição de um fato ela tem de dizer algo determinado acerca dele, caso contrário, não é possível saber – ou seja, afigurar – qual é o caso descrito. As proposições complexas representam algo determinado por meio das proposições elementares e essas por meio dos nomes logicamente próprios e por serem isomórficas aos fatos. Suponhamos que ‘r’ seja uma proposição complexa e ‘p’, ‘q’ e ‘s’ sejam proposições elementares.

$$r: (p.q) \rightarrow s$$

Wittgenstein possui um conceito preciso de proposição como função de verdade. No exemplo acima, a proposição 'r' é função de verdade das proposições 'p', 'q' e 's'. Mas, para 'r' ser função de verdade é necessário que as proposições da base sejam funções e, para satisfazer essa condição, essas proposições precisam descrever os fatos, ser figuração deles. Por essa razão, a teoria das funções de verdade e a teoria da figuração possuem fundamentos teóricos comuns. Com efeito, a proposição diz algo determinado por ser uma função de verdade de suas partes significativas e ela é uma função de verdade porque suas partes significativas – as proposições elementares – formam uma figuração lógica dos estados de coisas.

Configura-se, desse modo, uma relação interna entre as proposições complexas e sua base. (Toda proposição, podemos dizer, é função de verdade de certo conjunto de proposições ou de si mesma (T:5)). Quanto a esse ponto, Wittgenstein diz que acompanha Frege e Russell ao interpretar a proposição como função das expressões nela contidas (T: 3.318). Deveras, é sobretudo a esses filósofos que devemos o conhecimento desse conceito filosófico. Todavia, vimos na seção anterior a advertência de Wittgenstein segundo a qual a escolha de um sistema simbólico inadequado pode encobrir a forma lógica das proposições. Sendo assim, é necessário atentar para o sistema simbólico adotado.

O número das operações básicas necessárias dependem *apenas* de nossa notação (T: 5.474).

Importa apenas constituir um sistema de sinais que tenha um determinado número de dimensões – uma determinada multiplicidade matemática (T: 5.475).

É claro que não se trata aqui de um *número de conceitos básicos* que devam ser designados, e sim da expressão de uma regra (T: 5.476).

A expressão da regra passa pela discussão das noções de 'função proposicional' e 'função de verdade', assim como a tese central do *Tractatus* (*Grundgedanke*) passa pelo exame dos sistemas simbólicos de Frege e Russell. Por conseguinte, nossa abordagem da noção de função de verdade iniciar-se-á pela

inserção desse conceito na lógica contemporânea, ou seja, pelo legado deixado principalmente por Frege e Russell.

Como é sabido, o objetivo de Frege era fundamentar a aritmética nas leis da lógica. Esse seria, digamos assim, o coroamento de uma tradição de pensamento que teve na redução do cálculo infinitesimal aos princípios da aritmética, levada a cabo por Weierstrass, seu maior êxito. O passo seguinte, para Frege, seria edificar a aritmética sobre regras ainda mais seguras, quais sejam, aquelas que regem o raciocínio, o pensamento em geral. Só assim os erros envolvidos nas tentativas fracassadas de demonstração matemática, muitas vezes baseados em axiomas ambíguos ou adventícios àquela disciplina, seriam abolidos.

Assim sendo, por pensamento, Frege não compreendia afecções ou fenômenos psíquicos, dado que o caráter empírico e mutável desses lhe negariam a objetividade. Pensamento, segundo sua concepção, consistiria de um conteúdo informativo veiculado em proposições por um ato afirmativo. O conteúdo do pensamento expresso por uma proposição 'p', Frege representa por um traço horizontal seguido da respectiva proposição: '-p'. Quanto ao juízo, representa-se por um traço vertical e outro horizontal seguidos da proposição '┆p'. O conteúdo do pensamento é o que há em comum entre as diversas representações que os indivíduos fazem de um fato, mas é independente do modo de representação próprio dos mesmos indivíduos. Pouco importa as representações que cada um de nós associa diante do juízo 'Dante Alighier morreu no exílio', pois representações são, por definição, privadas e, conseqüentemente, não são transmitidas a outrem. Não obstante, é uma verdade incontestável que comunicamos aquilo que pensamos, pelo menos quando falamos a verdade. Logo, aquilo que comunicamos, que transmitimos em proposições, não pode ser as representações evocadas pelos juízos e por nós enlaçadas. Com efeito, o que a proposição verdadeira transmite, o conteúdo, é como certa parte da realidade está, isto é, um fato. Entretanto, o conteúdo do pensamento, por si mesmo, não é uma descrição verdadeira ou falsa. Para tanto, faz-se necessário julgar, isto é, afirmar a proposição como descrição do fato. É exatamente para destacar esse fato que o sinal '┆' é acrescentado ao sistema notacional.

No caso da lógica de Frege, independentemente de qual seja o sujeito da proposição, o que caracteriza a sentença como veículo de um pensamento é o conteúdo expresso. Para Frege, a estrutura da proposição não se resolve, por

exemplo, na ligação sujeito-predicado, mas na relação dos termos singulares, que estão por objetos, e o termo geral, do qual os primeiros são argumentos. Tal relação é definida como uma noção ampliada de função matemática. Para isso, o filósofo introduz variáveis no lugar dos termos da proposição. Desse modo, a proposição: ‘Trajano conquistou a Dácia’, para exemplificar, ficaria ‘x conquistou y’. Temos aqui uma expressão funcional, onde ‘... conquistou...’ é o termo geral, ‘x’ e ‘y’ são variáveis que estão pelos termos singulares. Em princípio, qualquer objeto pode saturar as variáveis: Deus, anjos, números, sentenças... No entanto, no exemplo acima, somente os nomes ‘Trajano’ e ‘Dácia’, respectivamente, ao substituírem as variáveis, levam ao valor de verdade verdadeiro. Essas funções, nesse sentido amplo, operam como conceitos, pois tanto um como outro são, para Frege, estruturas insaturadas. Como vimos no exemplo logo acima, entre as estruturas insaturadas encontram-se os juízos, que – uma vez afirmados –, dependendo do argumento, levam a um dos dois valores de verdade²⁸. Com isso, chegamos aos conceitos de ‘sentido’ e ‘referência’.

Frege sustentou a tese de que todo signo tem sentido (Sinn) e referência (Bedeutung). A referência de um nome (termo singular) é o objeto que ele designa, o seu sentido é o critério para identificar algo como sua referência. A referência da proposição, por sua vez, é o seu valor de verdade, enquanto o seu sentido é a condição para identificar seu valor de verdade, ou seja, determinar sua referência. Desse modo, as proposições são como nomes dos valores ‘verdadeiro’ e ‘falso’. Isso leva a uma importante conclusão sobre a interpretação das constantes lógicas na conceitografia de Frege. As constantes lógicas desempenham o papel de funções de verdade de segunda ordem, uma vez que elas contribuem para a determinação dos valores de verdade das proposições²⁹. Assim, para ficarmos apenas em um exemplo, o operador de negação equivale a uma função que aplicada à proposição ‘O Brasil é uma república’ leva ao valor de verdade falso. Portanto, uma das consequências do sistema lógico de Frege que devemos salientar é que as constantes lógicas estão por funções de verdade. Vejamos como Russell compreendia as noções de ‘função’ e ‘constantes lógicas’.

²⁸ Nessa perspectiva, uma estrutura é dita insaturada quando precisa ser completada por um ou mais objetos para referir a outro objeto.

²⁹ Na verdade, Frege não defende essa concepção de constante lógica em todos os seus textos, mas tudo indica ser assim que Wittgenstein a recebeu.

Segundo Russell, as proposições são dadas por funções proposicionais. Na proposição 'Trajano conquistou a Dácia' a expressão 'x conquistou a Dácia' é a função proposicional, que gera proposições ao ser saturada por nomes. Portanto, a função proposicional de Russell tem proposições como valores, ao contrário da expressão funcional de Frege cujos valores são, como vimos, o verdadeiro e o falso. A outra consequência dessa concepção é que a função proposicional é parte do sentido das proposições que constituem os seus valores, uma vez que ela compartilha com os seus valores certa estrutura. Desse modo, a função proposicional determina uma classe de proposições. Para isso, a função pode incluir conectivos (constantes lógicas). Com o recurso das constantes lógicas a função proposicional leva das condições de verdade de duas ou mais proposições às condições de verdade de uma única proposição. Por essa razão, Russell define função proposicional como: 'um agregado de proposições numa única proposição mais complexa que seus constituintes'³⁰. Em 'pvq', a disjunção faz parte da função proposicional cuja estrutura é comum a todo par de proposições que se encontram nessa relação lógica. Essa idéia traz restrições ao sistema simbólico de Russell. Vamos exemplificar do seguinte modo: uma proposição da forma 'p→q', segundo Russell, não pode ser substituída por $\sim(p.\sim q)$, uma vez que as constantes lógicas envolvidas são diferentes nos dois casos.

Ora, já comentamos na seção anterior que a lógica, para Russell, trata das leis mais gerais do pensamento e do mundo. A lógica teria a função de classificar a forma lógica dos fatos. Assim, os 'objetos' da lógica seriam as formas lógicas de fatos atômicos e as constantes lógicas (conectivos e quantificadores). Essas últimas, segundo Russell, nomeiam constituintes de complexos não atômicos. Para Russell, nós compreendemos as constantes lógicas porque essas referem a objetos lógicos (constituintes complexos). Por conseguinte, no sistema russelliano, as constantes lógicas estão por objetos lógicos.

Portanto, e isso é o que nos interessa nesse tópico devemos observar que, apesar de suas particularidades, os sistemas lógicos de Frege e Russell compartilham das seguintes idéias:

³⁰ Apud: ALTMANN (1998, 80). Esse breve e canhestro resumo de alguns pontos das filosofias da lógica de Frege e Russell, naquilo que tem de correto e proveitoso, é tributário da dissertação de nossa orientadora Prof^a. Dr^a. Sílvia Altmann. Remeto a esse trabalho o leitor interessado em aprofundar seus conhecimentos a respeito desses tópicos

- as constantes lógicas estão por algo – funções de verdade (Frege), objetos lógicos (Russell);
- as constantes lógicas alteram o sentido das proposições³¹.

Essas conclusões, como veremos, vão de encontro ao que Wittgenstein denominou o Grundgedanke do Tractatus. Além disso, segundo Wittgenstein, o fato de Frege e Russell escolherem os sinais primitivos (definíveis uns a partir dos outros)³² com os quais pretendiam sistematizar a lógica é prova de que elas não designam relação lógica alguma (T:5.42). A lógica, vale frisar, trata apenas do que é necessário à representação.

Se há sinais lógicos primitivos, uma lógica correta deve deixar claras suas posições relativas e justificar sua existência. A construção da lógica a partir de seus sinais primitivos deve tornar-se clara (T:5.45).

Mas, a principal objeção feita por Wittgenstein aos sistemas simbólicos de Frege e Russell diz respeito à idéia de que as constantes lógicas referem ou estão por algo. Para levar a termo a sua crítica, Wittgenstein lança mão da descoberta de Sheffer de acordo com a qual todos os conectivos podem ser reduzidos à negação conjunta das proposições que contam como argumento em funções proposicionais³³. Assim sendo, há apenas um operador vero-funcional: o operador N, que, no que diz respeito ao cálculo proposicional, opera segundo a barra de Scheffer($|$). O exemplo seguinte ilustrará esse ponto. Com base em 5.1311, $\sim p \equiv \text{def. } p|p$, $(pvq) \equiv \text{def. } p|q. |.p|q$ e, portanto, $(p.q) \equiv \text{def. } p|p. |. q|q$. A título de exemplo, transcreveremos a fórmula ' $p \rightarrow q$ ' para a notação de Sheffer. Primeiramente fazemos $(p \rightarrow q) \equiv \sim (p.\sim q)$, para usarmos as definições disponíveis. Em seguida, escrevemos $(p. \sim q) \equiv \beta$. Temos, então, por definição, $\sim (p.\sim q) \equiv \sim \beta \equiv \beta|\beta$. Se substituirmos ' p ' e ' $\sim q$ ' em ' β ', teremos $(p. \sim q) | (p. \sim q)$. Se recorrermos novamente às definições, a fórmula anterior fica: $(p|p) | ((q|q) | (q|q)). |. (p|p) | ((q|q) | (q|q))$.

³¹ De certo modo, as constantes lógicas alteram o sentido mesmo para Wittgenstein, mas para Frege e Russell elas alteram também o conteúdo.

³² Os sinais primitivos usados por Frege são a negação e o condicional, enquanto Russell empregava a negação e a disjunção (Cf. HYLTON, 1997, 92).

³³ A explicação que apresentaremos na seqüência não deve ser tomada como uma tentativa de reconstruir o argumento de Wittgenstein a respeito do Operador de Sheffer e sua função na correta explicação das constantes lógicas. O fim de nossa exposição sobre esse tópico é sobretudo didático.

O passo seguinte é estender o operador de Sheffer às sentenças do cálculo de predicados. Primeiramente, para melhor explicitar as condições de verdade das proposições, Wittgenstein utiliza a tabela de verdade (T:4.31). A fórmula do exemplo anterior, seguindo esse esquema, fica:

P	Q	$P \rightarrow Q$
V	V	V
F	V	V
V	F	F
F	F	V

Wittgenstein observa que a última coluna contém as condições de verdade da proposição complexa (T:4.442). Em resumo, para conhecer qualquer proposição basta saber quais são os valores de verdade das proposições de sua base. Se isso é correto, há um modo mais simples de escrever as condições de verdade de uma proposição. Em vez da tabela, usa-se o sinal: (VVFV) (p,q) (T:4.442). No caso de várias proposições, escrevemos ($_ _$ V) (ξ, \dots), onde o primeiro parêntese indica a negação de todas as possibilidades de combinações de certo número de proposições – resultando, a última linha da tabela de verdade, com o valor verdadeiro – e ξ é a variável proposicional que está pelas proposições da base (T:5.5). Finalmente, se ξ é a variável proposicional que nos dá todas as proposições de certa forma, a notação anterior pode ser ainda mais simples:

Escrevo portanto “N(ξ)”, ao invés de “($_ _$ V) (ξ, \dots)”. N(ξ) é a negação de todos os valores da variável proposicional ξ (T:5.502).

Se tem apenas um valor, N(ξ) \equiv $\sim p$ (não p); se tem dois valores, N(ξ) \equiv $\sim p. \sim q$ (nem p nem q) (T:5.51)³⁴.

Dito isso, cabe abrir um parêntese antes de passar às fórmulas do cálculo de predicados. Como observa Wittgenstein, a generalidade não é o traço distintivo das proposições do cálculo de predicados, mas sim do próprio conceito de proposição. Isso fica evidente se atentarmos para o fato de que a proposição elementar ‘fa’ pode ser escrita ‘ $\exists x.fx.x = a$ ’ (T:5.47). No nosso exemplo de figuração do capítulo anterior, ‘b-a’ poderia receber a notação ‘fa’ para dizer, por exemplo, que “a” está à direita de “b”. Se substituirmos o nome constante por uma variável, teremos a função

³⁴ ‘N’ é o outro signo usado por Wittgenstein para o operador de Sheffer e o traço sobre ξ significa que esta variável abarca algum conjunto da totalidade das proposições elementares (T:5.51).

proposicional 'fx' que é a expressão ou símbolo (T:3.3) de uma classe de proposições – no caso, proposições que atribuem a relação 'estar à direita de "b"' a um objeto. Em uma notação mais geral, substituímos o predicado constante por variável e obtemos ' ϕx '. Nesse caso, a descrição dos valores da variável – ou seja, a representação dos elementos da base – resume-se à descrição da variável. Assim, a variável proposicional é a única constante e seus valores são as proposições (T:3.313).

A variável generalizada, por sua vez, abrange um conjunto de proposições. Para tanto, a variável deve representar apenas a possibilidade de ligação entre os símbolos. Por isso, Wittgenstein escreve que a forma geral é um protótipo lógico ou protofiguração (NB, 12.11.1914), ou seja, algo como 'fx', que apresenta uma classe de proposições ao combinarmos 'f' com os nomes que tomam o lugar da variável. Se, através de um protótipo lógico, são dadas todas as proposições que têm em comum uma forma lógica, então a noção de protótipo lógico contém a idéia de generalidade. Sendo assim, segundo Wittgenstein, não é por meio dos quantificadores que a generalidade vem a fazer parte das proposições do cálculo de predicados, pois, no protótipo lógico, 'A designação da generalidade intervêm como argumento' (T:5.523)³⁵. Esses apontamentos preparam-nos para ler as proposições generalizadas nos termos da filosofia tractariana da lógica. No NB (23.10.1914), Wittgenstein já sustentava que a determinação da variável realiza-se ou termo a termo ou por meio de quantificadores.³⁶ No Tractatus a questão é levantada a partir do seguinte aforismo:

Se os valores de ξ são todos os valores de uma função fx para todos os valores de x, então $N(\xi) = \sim(\exists x).fx$ (T.5.52).

Porquanto, retomando a equação do aforismo 5.52 acima, se ' ξ ' é a variável que tem como argumento todos os valores de 'fx', $N(N(\xi)) = (\exists x).fx$. Se, por outro lado, a variável ' ξ ' tivesse como argumentos os valores de ' $\sim fx$ ', teríamos para $N(\xi) = N(Nfx) = (x).fx$ e $N(N(\xi)) = N(N(Nfx)) = \sim(x).fx$. As demais proposições generalizadas podem ser construídas como combinações dessas fórmulas.

³⁵ Isso esclarece porque não é possível definir as proposições generalizadas com o auxílio de somas ou produtos lógicos. A generalidade já está na variável proposicional. Logo, incidiríamos em circularidade se tentássemos defini-la segundo somas e produtos de proposições. Entretanto, é correto converter uma notação em outra, isto é $(\exists x.fx=favfb,\dots)$ e $(x).fx=fa.fb\dots$.

³⁶ 'Se eu asserir algo de uma coisa particular ou de todas as coisas que há, a asserção é igualmente material. "Todas as coisas", isto é, por assim dizer, uma descrição tomando o lugar de "a e b e c" (NB, 23.10.1914).

Visto que a aplicação sucessiva do operador 'N' gera todas as proposições seja do cálculo proposicional, seja do cálculo de predicados, então a notação da forma geral da proposição é o termo geral da série formal $[\bar{P}, \bar{\mathcal{E}}, N(\bar{\mathcal{E}})]$ (T:6). Esse esquema mostra que a construção de qualquer proposição equivale a obter um termo de uma série pela aplicação reiterada do operador 'N' a um conjunto específico de proposições ($\bar{\mathcal{E}}$) que, por sua vez, é também obtido pela aplicação do mesmo operador ao conjunto de proposições elementares (\bar{P}) que constituem a base de ($\bar{\mathcal{E}}$).

Completa-se, desse modo, a prova de que as constantes lógicas reduzem-se à forma geral da proposição. O próximo passo para negarmos a existência de constantes lógicas é provar que o operador N não está por objeto algum. O autor do Tractatus observa que a negação não pode ser tomada como nome do que quer que seja, caso contrário, a proposição ' $\sim \sim p$ ' teria um sentido diferente de 'p' (T:5.44), e o sentido de $(x).fx$ não seria o mesmo que $\sim(\exists x). \sim fx$ (T: 5.441). Dado que a diferença

está nas constantes, se essas não alteram o sentido das proposições, tanto que podemos construir a tautologia $(x)fx \leftrightarrow \sim(\exists x). \sim fx$, é porque as constantes não são significativas. É importante esclarecer que o operador de negação é apenas um expediente notacional elegante para apresentar a forma geral da proposição e mostrar que ela não refere. Se quisermos pôr em palavras, a forma geral da proposição fica 'as coisas estão assim e assim'(T:4.5). Essa formulação explica-se por apreender o que é comum em toda descrição de estados de coisas. Suponhamos que 'a' e 'b' sejam nomes de dois objetos e suponhamos o estado de coisas possível 'a-b'. A descrição desse estado de coisas é a descrição da ligação de um algo que é 'a' com outro algo que é 'b'. (Um estado de coisas, vale notar, é formado por pelo menos duas 'coisas', objetos simples). Logo, o que é comum em toda descrição é a afirmação da existência de uma certa relação entre elementos, ou seja, a afirmação de como as coisas estão.

Resta ainda comentar outra pseudoconstante: o signo de igualdade. Como foi dito, dois signos nominais são iguais por serem substituíveis em proposições, preservando o sentido dessas proposições. Assim sendo, signos como 'a = b' nada descrevem, não são sentenças bem formadas. Pela versão tractariana do lema de Occan: 'Sinais que não cumprem nenhum fim não são logicamente significativos'

(T:5.47321). Que a identidade não tem significado pode ser visto ao eliminá-la das fórmulas em que comumente aparece.

Não escrevo, portanto, “ $f(a,b).a=b$ ”, mas “ $f(a,a)$ ” (ou “ $f(b,b)$ ”). E não “ $f(a,b). \sim a = b$ ”, mas “ $f(a,b)$ ” (T:5.531).

E analogamente: não “ $(\exists x,y).f(x,y).x=y$ ”, mas “ $(\exists x).f(x,x)$ ”. E não “ $(\exists x,y).f(x,y). \sim x = y$ ”, mas “ $(\exists x,y).f(x,y)$ ”. (Portanto, ao invés da “ $(\exists x,y).f(x,y)$ ” de Russell: “ $(\exists x,y).(f(x,y).v.(\exists x).f(x,x))$.”) (T:5.532).

Portanto, ao invés de “ $(x): f(x) \supset x=a$ ”, escrevemos, p.ex., “ $(\exists x).fx.f\dot{a}: \sim(\exists xy).fx.fy$ ”.’ (T:5.5321).

Com efeito, segundo Wittgenstein, o sinal de igualdade não tem significado porque é desnecessário em uma linguagem perspicua. Cada proposição envolvendo o sinal de igualdade mostra que há identidade entre os signos de seu escopo.

De que modo essas considerações ajudam a explicar o Princípio Fundamental do Tractatus? A razão está no reconhecimento de que a única constante lógica é a forma geral da proposição (T:5.47) que, por sua vez, não designa objetos lógicos ou funções de verdade, mas é a forma de uma operação lógica sobre proposições. Se a constante lógica tivesse referência não seria possível compreender uma proposição sem saber seu valor de verdade. Além disso, se entre as regras lógicas não há uma sequer que refira a objetos (lógicos ou de qualquer natureza) ou a conceitos (funções de verdade), segue-se que não é preciso verificar de que é feito o mundo para conhecer sua forma, sendo conhecida a forma da operação de verdade. Esse é o respaldo à exigência de autonomia da lógica. (A lógica deve cuidar de si mesma (NB, 22.8.1914, T:5.473)).

O Grundgedanke do Tractatus interessa-nos principalmente porque leva Wittgenstein a reler conceitos tradicionais da metafísica. Vale ressaltar que não é nosso objetivo estender-nos sobre os tópicos a seguir, mas apenas dar ao leitor uma idéia da amplitude e relevância para a filosofia das descobertas feitas por Wittgenstein a partir da noção de constante lógica. Assim, proposição é um dos termos da série formal de proposições, por exemplo, $[a,x,O^1x]$ (T:5.2521, 5.2522); número é o expoente da operação reiterada de uma série formal (T:6.021)³⁷.

³⁷ Como escreve Ascombe (1996, 126), Wittgenstein distancia-se de seus coetâneos ao definir número como conceito formal, em vez de um conceito aplicável a um tipo especial de objeto (Frege) ou certas classes de classes (Russell). Primeiramente, o filósofo define número como o expoente de uma operação de verdade. O primeiro termo da série é: $x=R^0x$ Def., o segundo é: Ωx . Para um termo qualquer será $\Omega^n x$ Def, (T:6.02). Com essas definições formamos a série $\Omega x, \Omega^0+1x, \Omega^{0+1+1}x, \dots$, e

Tampouco a noção de causalidade vem a ser um princípio das coisas em si ou requer um juízo sintético a priori que a justifique, pois trata-se da forma de uma lei. Poder-se-ia enunciá-la por: ‘Há leis naturais’ (T:6.36). Essa, por sua vez, nada mais é que uma variação da forma geral da proposição, que fica ainda mais evidente na formulação de Hertz: ‘apenas conexões que se conformam a leis são pensáveis’ (T:6.361). As noções de objeto e sujeito são, por sua vez, pressupostas. A primeira – ligada a uma outra noção, a de substância – é pressuposta em toda proposição em que algo se predica de algo ou quando dois ou mais elementos são postos em relação³⁸. Resta saber como a noção de forma geral da proposição leva-nos a repensar a idéia de sujeito, começando pelo modo como a forma se apresenta – vale frisar, em formas de afiguração – e na unidade das representações que pressupõe. É por meio dessas noções que Wittgenstein explica o que considera correto no solipsismo. Conseqüentemente, apesar de Wittgenstein não nos fornecer uma exposição sistemática e exaustiva de todos os conceitos metafísicos, depreende-se, pelos exemplos acima, que pelo menos os conceitos metafísicos citados ao longo da primeira obra de Wittgenstein são ou conceitos formais derivados da forma geral da proposição ou conceitos formais por ela pressupostos para a sua aplicação³⁹. Mas, antes de nos aplicarmos a esse que é um tema intimamente ligado aos objetivos deste trabalho, necessitamos fazer mais algumas considerações para tornar mais claros os pontos que defenderemos.

Se as proposições são determinadas por suas bases segundo uma série formal (T:6), a forma geral compromete-nos com o Princípio de Extensionalidade. De acordo com esse Princípio, uma proposição só pode aparecer no contexto de outra proposição como argumento (T:5). Essa ‘tese’ é de grande importância para a compreensão da lógica e, como veremos, das proposições da psicologia (que, por sua vez, interessam à noção de sujeito no Tractatus). Primeiramente, há na Teoria das Funções de Verdade algo equivalente à impossibilidade, na teoria da figuração,

fazendo $0+1=1$ Def., $0+1+2$ Def. etc., temos os números como expoentes das operações. Chega-se, assim, ao termo geral da série dos números inteiros, obtido dos números enquanto expoentes das operações: $[0, \xi, \xi+1]$ (T:6.03).

³⁸ Dito de outro modo, se a variável proposicional descreve uma proposição como um elemento de sua expressão e um nome pode ser um elemento em uma proposição (T:3.314), então, dado que toda variável está por um conceito formal, o conceito nome é o conceito formal pressuposto em toda proposição.

³⁹ A reinterpretação dos conceitos metafísicos como conceitos de operações (ou condições para operações) só é possível porque, primeiramente, Wittgenstein desfez a ilusão segundo a qual às constantes lógicas correspondem objetos lógicos ou funções de verdade. É por essa razão que a crítica à filosofia, no Tractatus, é precedida por uma crítica ao que a lógica pode antecipar por si em relação ao que se entende por linguagem significativa.

de afigurar a forma da proposição, ou seja, a função não pode ter a si como argumento e, portanto, a linguagem não vem a ser um objeto. Esse é, segundo Wittgenstein, toda a Teoria dos Tipos de Russell (T:3.332). Em $F(F(x))$, o segundo 'F' é, na verdade, um outro símbolo, como 'φ' em $\phi(F(x))$ (idem). Em outros termos, o signo 'F' externo cumpre função diferente, na primeira notação, que o signo 'F' interno e, portanto, não diz coisa alguma a respeito de si. Em segundo lugar, parece ser possível, no caso das proposições da psicologia violar o Princípio em questão. Mas, para Wittgenstein, pode-se provar que se trata de um engano. Deter-nos-emos com mais vagar nesse ponto porque, como dissemos, nele encontramos, ainda que indiretamente, um dos resultados do Grundgedanke de grande relevância para a noção de sujeito na obra em estudo.

Em 5.541, Wittgenstein dá início à discussão a respeito das proposições sobre atitudes proposicionais – denominadas pelo filósofo como proposições da psicologia. Essa discussão é precedida pelo aforismo 5.54. Esse aforismo, por sua vez, é o comentário que encerra a exposição iniciada em 5.5, na qual a noção de proposição é apresentada segundo o Princípio de Extensionalidade. As proposições da psicologia, como sabemos, são contra-exemplos *par excellence* àquele princípio. A razão está na forma das proposições da psicologia cuja notação pode ser dada por 'A Ψ "p"' (onde 'A' designa um nome ordinário, ' Ψ ' é um operador epistêmico – pensar, crer, duvidar, etc. –, e 'p' é uma proposição). É fácil perceber porque proposições com essa forma constituem uma dificuldade àqueles que defendem a adoção do Princípio de Extensionalidade sem restrições, visto que 'A' pode, por exemplo, pensar que 'p' é o caso mesmo que 'p' não seja o caso. Com efeito, as proposições que atribuem determinada atitude proposicional a 'A' não são funções de verdade de 'p'. Nesse caso, se a forma das proposições da psicologia fosse aceita pela lógica, a filosofia tractariana seria contraditória⁴⁰.

A honestidade intelectual de B. Russell, na Introdução do Tractatus, permite contextualizar as colocações de Wittgenstein e encaminhar a questão. Russell explica que as idéias de Wittgenstein sobre as proposições da psicologia surgem da crítica às idéias que ele, Russell, defendeu (vide introdução ao Tractatus, 124). Segundo Russell, em 'A pensa "p"', há uma relação entre o sujeito 'A', a proposição

⁴⁰ A pertinência desse tópico para a questão do sujeito na filosofia tractariana está na natureza desse sujeito que as proposições da psicologia denunciam. Em 'A pensa "p"', haveria a relação de um sujeito, no caso 'A', com certo conteúdo proposicional "p"? Caso a resposta seja afirmativa, 'A' denota um objeto simples ou composto?

“p” e o fato por ela representado. A proposição será verdadeira se ocorrer a relação entre o sujeito, o pensamento por ele expresso e o fato expressado. O problema que Wittgenstein encontra na teoria de Russell é que ela permite julgar um contra-senso.

A solução encontrada por Wittgenstein para interpretar as proposições a respeito de atitudes proposicionais é tomar ‘A Ψ “p”’ como sendo da forma ‘A diz “p”’ que, por sua vez, é da forma ““p” diz p’ (T: 5.542). Tal resposta encerra uma série de dificuldades. Primeiramente, como devemos entender a afirmação que identifica atitudes intencionais tão dispares quanto ‘pensar’, ‘acreditar’, ‘duvidar’? Em segundo lugar, por que as atitudes proposicionais têm a forma de ““p” diz p’? Quanto à primeira questão, devemos ter presente o fato de Wittgenstein não afirmar que todas as atitudes proposicionais têm o mesmo sentido, uma vez que uma reflexão simples sobre tal afirmação bastaria para revelá-la como absurda. (Em *Notes on Logic*, Wittgenstein coloca no mesmo nível inclusive os enunciados epistêmicos, interrogações e comandos (Apud: NB, Appendix I, 94).

Anscombe (1996,81), por sua vez, comenta que a teoria da figuração rejeita toda modalidade, com exceção da possibilidade lógica – e da necessidade lógica, devemos acrescentar. Em outras palavras, Wittgenstein reconhece apenas as modalidades aléticas e, por essa razão, tanto as proposições da psicologia quanto as da filosofia prática são consideradas contra-sensos. Mas isso, entretanto, não explica a forma das proposições da psicologia.

O que Wittgenstein quer dizer é que em todas as atitudes proposicionais há a mesma possibilidade de afiguração. Em outros termos, quando alguém ‘pensa “p”’, ‘crê que “p”’, ‘duvida...’, etc, não faz outra coisa senão afigurar, sob diferentes estados psicológicos, o mesmo estado de coisas representado por “p”⁴¹. Há, conseqüentemente, diferentes atitudes proposicionais, porém todas elas possuem a mesma possibilidade de afigurar estados de coisas. Encontramos, no *Tractatus*, pelo menos duas passagens que corroboram essa interpretação. Nos aforismos 4.111 a 4.116, onde Wittgenstein fala da filosofia como a atividade a qual cumpre esclarecer logicamente o pensamento, encontramos apontamentos sobre a diferença entre filosofia e psicologia.

A psicologia não é mais aparentada com a filosofia que qualquer outra ciência natural. A teoria do conhecimento é a filosofia da psicologia (T:4.1121).

⁴¹ Cf. ANSCOMBE, 1996, 88).

Ora, a teoria do conhecimento era o nome dado ao estudo das proposições da psicologia à época que Wittgenstein estudou em Cambridge, portanto, antes mesmo da publicação do *Tractatus*. A segunda passagem está no aforismo 5.541, onde Wittgenstein critica justamente a solução dada pela teoria do conhecimento de então. De acordo com essa teoria, na forma ‘A Ψ “p”’, há a relação do sujeito ‘A’ com a proposição “p”. Logo, a teoria do conhecimento é a filosofia da psicologia a respeito da qual a filosofia tractariana da lógica tem a dizer apenas o seguinte: sentenças como ‘A crê que “p”’, ‘A sabe que “p”’ são da forma ““p” diz p’. Isso conduz à segunda questão acima apresentada. Como devemos entender a identificação das proposições da psicologia com a sentença ““p” diz p’? O que significa ““p” diz p’?

Novamente, a resposta pode ser encontrada na idéia de acordo com a qual as proposições da psicologia compartilham de uma mesma forma. A sentença ““p” diz p’ significa ‘a proposição “p” diz/afigura/ representa o fato p’. Mas, se essa é a forma das proposições da psicologia, o ato de pensar não é a relação de um sujeito ‘A’ e uma proposição, como comentamos acima, mas a coordenação de dois fatos – o fato afigurante e o fato afigurado – pela coordenação dos seus objetos (T5.542). Se esse é o caso, se a forma das proposições da psicologia é ““p” diz p’, isso apenas reafirma que tais proposições são contra-sensos, isto é, são pseudoproposições, pois nenhuma proposição pode dizer quer o seu sentido, quer o sentido de outra proposição. Enfim, a solução dada por Wittgenstein a esse problema lhe permitiu sustentar o Princípio da Extensionalidade sem qualquer exceção.

Com efeito, nosso estudo do *Grundgedanke* revelou não apenas que a única constante lógica não substitui, mas também que a idéia de proposição como função de verdade e como figuração está contida na noção de forma geral. Do que foi exposto, parece possível apresentar as formas das proposições elementares ou, pelo menos, dar um exemplo delas.

Mas, se é assim, seria possível conhecer, *a priori*, a forma dos nomes próprios, uma vez que a forma desses é a forma das proposições elementares. O ponto nos interessa porque, não apenas segue das considerações sobre a forma geral da proposição, e, o que é mais importante:

- Se fosse possível conhecer a forma lógica das proposições elementares, teríamos pelo menos um critério para distinguirmos a forma dos fatos atômicos e dos objetos simples;
- Além disso, cabe investigar a questão da forma das proposições elementares porque, se fosse possível estabelecer *a priori* a sua forma, a linguagem seria um sistema fechado, tal como o sistema de representações do solipsista clássico;
- Finalmente, é na seção sobre a forma lógica das proposições elementares que, pela primeira vez no *Tractatus*, Wittgenstein menciona o conceito de limites da linguagem, comuns também ao mundo, e que são citados novamente na seção sobre o solipsismo (T:5.6).

Enfim, a reflexão sobre a forma geral da proposição suscita discussões a respeito da relação entre linguagem e mundo, e essas discussões envolvem a capacidade da lógica do *Tractatus* de estudar justamente a forma daquelas proposições que estão apostas à realidade, tal como fez com a forma das proposições complexas. Porquanto, na próxima seção, examinaremos, brevemente, a questão de conhecer *a priori* a forma das proposições elementares, denominada também 'Questão da aplicação da lógica'.

2.2 SOBRE A FORMA DAS PROPOSIÇÕES ELEMENTARES

Em 5.55, Wittgenstein coloca a questão sobre a possibilidade de responder *a priori* qual a forma de todas as proposições elementares. A questão, corretamente avaliada, é pertinente, pois, nessa altura de sua exposição, o autor do *Tractatus* já apresentara a proposição como função de verdade e, em diversas passagens, já apresentara inclusive a forma geral de todas as proposições (T:4.5, 4.53, 5.5, 5.502). Como mostramos nas seções anteriores, pertence ao domínio da lógica todo o uso regrado dos signos. A regra fundamental sobre a qual a linguagem assenta-se é justamente a forma geral da proposição, pois, embora existam infinitas formas (T:4.128), todas elas compartilham a mesma forma geral. Portanto, parece ser possível, a partir da forma geral, dar conta da forma lógica das proposições

elementares. Contudo, no próprio aforismo 5.55, o filósofo escreve sobre a dificuldade dessa tarefa.

A proposição elementar consiste em nomes. Como não podemos, porém, especificar o número dos nomes com significados diferentes, tampouco podemos especificar a composição da proposição elementar (T:5.55).

De fato, se a proposição elementar é um encadeamento de nomes (T:4.22), cuja possibilidade de combinação já deve, por assim dizer, estar ‘inscrita’ na sua sintaxe (T:2.15-2.151, 5.53), então apresentar a forma das proposições elementares implica poder apresentar a sintaxe dos nomes, bem como o significado desses: os objetos simples. No entanto, sequer podemos especificar o número desses (T:5.453 e 5.553). (Essa é, como visto, uma das conseqüências da independência da lógica em relação ao mundo, pois quantos objetos há é uma questão que se mostra). A situação que temos aqui assim se resume: por um lado, a lógica deveria dar conta das proposições elementares, pois sabemos que na lógica não deve haver surpresas (T:6.1251); por outro, os limites que a lógica impõe à linguagem para que essa tenha sentido a impedem de descrever *a priori* o número e a forma lógica dos nomes. É importante observar ainda que, em 5.557, o filósofo declara que é pela aplicação da lógica que se decide quais proposições elementares existem. Na seqüência, Wittgenstein pergunta se a aplicação da lógica pode não estar em conformidade com a lógica. Portanto, em 5.55, a questão levantada por Wittgenstein é ‘quais são todas as formas possíveis de proposições elementares?’ enquanto do aforismo 5.557 até o final da seção o problema passa a ser a aplicação da lógica, ou, melhor dito, saber se a lógica ‘colide’ com a sua aplicação.

Mas, se o paradoxo em questão for autêntico, tornar-se-ia incompreensível não apenas a tese que defendemos – isto é, que a sintaxe lógica é o único sistema de regras responsável pelo significado dos nomes e pelo sentido das proposições –, mas inclusive a filosofia do Tractatus como um todo. A solução que Wittgenstein encontra, vale adiantar, é mostrar que a lógica não pode e não precisa dar conta da forma das proposições elementares para cumprir a função normativa que lhe cabe, e, assim, ser necessariamente válida.

No entanto, é mister esclarecer, primeiramente, que a questão em debate não envolve a determinação do sentido das proposições (T:3.23). A determinação do sentido, vale lembrar, decorre da admissão, no Tractatus, de dois princípios estreitamente ligados: O Princípio de Bipolaridade e o Princípio de Extensionalidade.

Sabemos que o primeiro prescreve que toda proposição pode ser verdadeira ou falsa, enquanto o segundo estabelece que os critérios de concordância ou discordância da proposição são funcionalmente dependentes do sentido das proposições de sua base. Na seção anterior, procuramos mostrar que esses princípios estão sintetizados na forma geral da proposição. A dificuldade, como dissemos, surge quando desejamos especificar a forma das proposições elementares. Embora os nomes devam ter algum significado e as proposições algum sentido, a resposta do filósofo é que não há como antecipá-las levando em conta tão-só a sua forma geral.

Para entendermos a solução proposta por Wittgenstein é preciso perguntar que interesse essa questão lhe despertava quando escreveu os textos pré-tractarianos e depois no *Tractatus*. Há uma passagem no Notebook, onde se lê:

Como eu concebo, por exemplo, as proposições elementares, deve haver algo comum a elas, caso contrário, eu não poderia falar delas todas coletivamente como as “proposições elementares” (NB, 23.11.1916).

Nesse caso, entretanto, elas [as proposições elementares – BCF] devem também ser desenvolvidas a partir de uma outra como o resultado de operações (Idem).

Pois, se, de fato, há algo comum a duas proposições elementares que não é comum a uma proposição elementar e uma complexa, então esse algo comum deve poder, de algum modo, receber uma expressão geral (Idem).

Por conseguinte, já no Notebook, a noção de uma expressão é a noção da forma geral de uma operação de verdade. Porém, nesse período do desenvolvimento intelectual de Wittgenstein, ele acreditava na possibilidade de descobrir a expressão que revela a forma lógica das proposições elementares. Se retornarmos ao *Notes on Logic*, constataremos que Wittgenstein incluía o estudo das proposições elementares – denominadas, naquele texto, de primitivas – na tarefa da filosofia.

A filosofia é a doutrina da forma lógica das proposições científicas (e não somente das proposições primitivas) (*Notes in Logic*, In: NOTEBOOK, 1984, 106).

Como sabemos, as proposições elementares (primitivas) fazem parte das proposições científicas, uma vez que é por meio delas que descrevemos os fatos. Logo, se as proposições primitivas são destacadas no texto, isso se deve ao projeto de desvelar a forma lógica dessas, assim como ele o fez com as proposições

científicas (ou complexas). Se relemos o Notebook, veremos que a preocupação de Wittgenstein com a forma lógica das proposições elementares, assim como no *Tractatus*, inclui a dificuldade de saber quais são os objetos simples.

Nossa dificuldade estava no fato que nós falávamos de objetos simples e éramos incapazes de mencionar um sequer (NB, 21.6.1915).

O desconhecimento das formas lógicas das proposições elementares (e dos objetos simples), nessa fase da filosofia de Wittgenstein, teria como consequência a indeterminação do sentido.

A dificuldade é realmente esta: mesmo quando nós desejamos expressar um sentido *completamente definido* há a possibilidade de falha. Assim, parece que nós não temos, por assim dizer, garantia que nossa proposição é realmente uma figura da realidade (...) (NB, 20.6.1915).

Essas citações devem bastar para comprovar que Wittgenstein pretendia resolver o problema em questão de um modo diferente daquele levado a cabo no *Tractatus*. Logo, em 5.55, quando Wittgenstein introduz a questão sobre a forma das proposições elementares, ele está aludindo ao problema já encontrado nos seus trabalhos anteriores. Porém, como se confirma em 5.557, o problema é visto de outra perspectiva. O objetivo não é mais descobrir a forma de tais proposições como no princípio, mas propor que é desnecessário conhecê-las para nos certificar que a lógica, tal como é compreendida no *Tractatus*, não colide com a sua aplicação. Mas o que se quer dizer com 'a lógica não colide com a sua aplicação'? Se a lógica viesse a colidir com a sua aplicação, isto é, com análise lógica, então haveria uma sentença em desconformidade com a forma geral da proposição. Isso só poderia ocorrer em dois casos:

- a) ou , pela análise lógica, chegar a uma proposição elementar como função de verdade de outra proposição;
- b) ou a análise revelaria algo como uma proposição sintética *a priori*, ou seja, uma descrição de um estado de coisas cujo valor de verdade é conhecido *a priori*.

Mas, por outro lado, faz sentido dizer que as formas lógicas elementares são transcendentais se não pudermos indicá-las? (A lógica, para Wittgenstein, vale

lembrar, é transcendental na medida que a regra geral de formação das proposições – sua condição de possibilidade – pode ser conhecida através da lógica). Seja qual for a forma lógica das proposições elementares ela é a condição de possibilidade dessas proposições e de todas que têm nas primeiras seus argumentos. Vale observar que a frase ‘as coisas estão assim e assim’ (T:4.5) é justamente a expressão do que é comum a toda proposição elementar: a única informação que podemos dar com proposições elementares é a disposição de um certo conjunto de objetos simples no espaço lógico. Deveras, o que conhecemos da essência da proposição elementar é um desdobramento daquilo que a forma geral nos ensina a respeito dessas proposições, isto é, ‘a proposição elementar consiste em nomes’ (T:5.55), ordenados (T:3.141) segundo a forma da realidade (T:2.18). E o que Wittgenstein nos diz é que esse pouco é suficiente para dar conta da forma das proposições complexas, como já vimos, mas não é suficiente para dar conta da forma das proposições elementares. Por quê?

Novamente, a resposta encontra-se na idéia fundamental que sustenta a lógica tractariana. Para conhecer a forma das proposições complexas, como vimos, pressupomos que seus argumentos têm sentido e recorreremos às proposições da lógica para explicitar essas formas. Isso, no entanto, só é possível graças ao domínio da forma geral da proposição – que, por sua vez, é obtida, como expusemos no capítulo primeiro, pela reflexão sobre a noção de proposição. Por conseguinte, vale frisar, se o uso sintático dos signos não está especificado, a forma lógica do símbolo é desconhecida. Mas, por que razão o uso dos signos primitivos nos é desconhecido? Uma vez que as proposições elementares são constituídas apenas por nomes, para conhecer a sua forma é necessário antes conhecer a forma dos nomes, como adverte Wittgenstein (5.55 e 5.554). Ora, o signo da proposição elementar é o da variável proposicional. O signo de uma variável não indica que propriedades e relações internas há entre os elementos que a saturam. Se, em uma fórmula, substituirmos todas as constantes por variáveis, o resultado será uma fórmula completamente geral como ‘ $\phi(x,y)$ ’, que tanto pode atribuir uma propriedade ‘ ϕ ’ aos objetos ‘ x ’ e ‘ y ’, como pode se referir a uma relação entre esses objetos. É somente no uso que os signos compostos operam como proposição. Logo, os signos proposicionais não correspondem à forma lógica alguma. Temos aqui uma das conseqüências da distinção entre variável proposicional e função de verdade, já mencionada na seção anterior.

Dizer que é somente no uso que os signos simples adquirem significado é dizer que é somente no comércio com os objetos simples que os signos são feitos símbolos. Se o sentido das proposições elementares depende, em última instância, da sintaxe e significado dos nomes, dado que o significado desses, em última instância, depende dos objetos simples, o sentido das proposições elementares depende de quais objetos existem. Dados todos os objetos simples – a substância – são dados não só todos os estados de coisas efetivos, isto é, o mundo, mas também a sua forma. Todavia, dois objetos podem ter a mesma forma lógica e serem diferentes (T:2.0233).

Isso se manifesta também na forma dos objetos simples. Sabemos que a forma dos nomes está, na linguagem, pela forma dos objetos. Vejamos um exemplo. Dado que, por exemplo, espaço, tempo e ser colorido são formas dos objetos (T:2.0251), as coordenadas espaço-temporais que um objeto pode ocupar, bem como as cores que possa ter, são suas propriedades internas. Entretanto, nada impede que um outro objeto tenha a propriedade de ocupar as mesmas coordenadas e assumir a mesma coloração (T:2.02331). Logo, tais formas, o conjunto das propriedades internas, não distingue um objeto de outro. Por essa razão, os objetos são incolores (T:2.0232). O problema resume-se como segue:

Ou uma coisa possui propriedades que nenhuma outra possui podendo-se então, sem mais, destacá-la das outras por meio de uma descrição e indicá-la; ou, pelo contrário, há várias coisas que possuem todas as suas propriedades em comum, sendo então impossível apontar para uma delas. Pois se uma coisa não é distinguida por nada, não posso distingui-la, pois, caso contrário, ela passaria a estar distinguida (T:2.02331).

Mas, nesse caso, cabe a pergunta se a lógica é independente do que quer que seja o caso, como é possível que a forma dos nomes e a forma das proposições elementares dependam de quais são os objetos? De fato, se a forma lógica dos nomes (e das proposições elementares) dependesse da existência ou inexistência de certos estados de coisas, então a autonomia da lógica estaria abolida.

Entretanto, como observou S. Altmann e M. Black antes dela⁴², em algumas passagens do *Tractatus*, como no caso da ‘Aplicação da lógica’, Wittgenstein emprega a palavra alemã ‘Realität’, em vez de ‘Wirklichkeit’ (usada no restante da obra). Por *Wirklichkeit* entende-se exatamente ‘a existência de estados de coisas’ (T:2.06). *Wirklichkeit* é, por assim dizer, a atualização de concatenações possíveis

⁴² Cf. ALTMANN, 1999: 129 e ss.

de objetos. Por outro lado, *Realität* significa a totalidade dos objetos – a substância enquanto forma e conteúdo do mundo. Em outras palavras, a forma lógica das proposições elementares é independente de que o mundo seja dessa ou daquela maneira, porém não é independente de que exista um mundo. A lógica ‘é anterior ao como, não é anterior ao quê’, diz Wittgenstein (T:5.552). Deve haver a substância com certas determinações (*Realität*) para que seja dado não apenas o mundo (*Die Welt*), a realidade (*Wirklichkeit*), mas inclusive o próprio espaço lógico (*Logischen Raum*) enquanto sistema de possibilidades de concatenações de objetos. Por conseguinte, a questão sobre a forma dos nomes e das proposições elementares fica na dependência de algo que em certo sentido é empírico – a totalidade dos objetos – porém, é independente do que é o caso e, inclusive, independente do mundo. Eis o que Wittgenstein quer dizer com: ‘ a realidade empírica é limitada pela totalidade dos objetos. O limite volta a evidenciar-se na totalidade das proposições elementares’ (T:5.5561).

Lembremos que a forma comum aos objetos simples e aos nomes determina todas as possibilidades de combinação. Mas, a forma lógica em si não é apenas possível e sim necessária. Se as formas lógicas fossem meramente possíveis, então, em princípio, elas poderiam não se dar, o que lançaria a lógica por terra. Para que essa implicação seja verdadeira o antecedente deve ser falso, uma vez que o conseqüente é evidentemente falso. E é falso porque só há forma lógica no ato de projeção e, nesse caso, toda forma lógica realiza-se em formas de afiguração. Esse ponto será retomado no próximo capítulo.

A lógica mostra o que nós construímos, isto é, as proposições da lógica. Assim, visto que as proposições da lógica não tratam do conteúdo das proposições, segue-se que a lógica não colide – no sentido comentado anteriormente – com a sua aplicação. Por isso, as proposições ordinárias estão, assim como estão, logicamente ordenadas (T:5.5563). Vimos na seção anterior que as proposições ordinárias (complexas) são engendradas pela aplicação recursiva do operador de negação à totalidade das proposições elementares ou a um subconjunto seu. A análise lógica nada mais é que o procedimento inverso ao da composição segundo a mesma regra. Ao analisar iniciamos pelas proposições complexas – pois somente o que é complexo pode ser analisado – e avançamos para as proposições elementares. Esse procedimento, como tivemos a oportunidade de mostrar, não altera o sentido das proposições analisadas. Com efeito, as proposições ordinárias estão em perfeita

ordem porque, como vimos, são funções geradas pela aplicação das regras de composição e a partir do sentido das proposições elementares. Por outro lado, uma vez que as proposições da lógica são formadas por proposições ordinárias que, por sua vez, têm contato com a realidade, por serem funções de verdade de proposições elementares, fica assegurado que a lógica mantém contato com a sua aplicação.

A aplicação da lógica decide a respeito de quais proposições elementares existem. O que vem com a aplicação, a lógica não pode antecipar. Isto é claro: a lógica não pode colidir com sua aplicação. Mas a lógica deve manter contato com sua aplicação. Portanto, a lógica e sua aplicação não se podem sobrepor (T:5.557).

Porquanto, se não fosse possível desconsiderar o problema, como Wittgenstein procurou fazer, teríamos que admitir que, pelo menos em princípio, a lógica poderia se sobrepor à sua aplicação. Tudo mais que podemos afirmar é puramente hipotético, quer as relações entre os objetos, quer o seu número.

Russell disse que haveria relações simples entre diferentes números de coisas (Individuals). Mas entre que números? E como se há de decidi-lo? – Pela experiência? (Não há um número proeminente) (T:5.553).

Não há, pois, uma experiência que possa responder se a proposição elementar é da forma sujeito-predicado ou se possui, por exemplo, 27 lugares de argumento. Wittgenstein conclui: ‘A “experiência” de que precisamos para entender a lógica não é a de que algo está assim e assim, mas a de que algo é: mas isso não é experiência’ (T:5.552). O ‘conhecimento’ de que algo é, vale lembrar, é o conhecimento de que algo é pressuposto para que possamos compor com signos simples, ou seja, para que possamos descrever um estado de coisas como estando ‘assim e assim’. O que é pressuposto é que os nomes nomeiem e as proposições elementares tenham sentido (T:6.124). Mas isso, por sua vez, é o pressuposto de que a análise lógica chega a um fim, ou seja, é reconhecer como necessária a existência da substância do mundo.

Se o mundo não tivesse substância, ter ou não sentido uma proposição dependeria de ser ou não verdadeira uma outra proposição (T:2.0211).

Tal ‘conhecimento’ mostra-se no uso de toda proposição e, como dissemos, é posto em evidência pelas proposições da lógica.

Uma das lições que se pode tirar da seção sobre a forma das proposições elementares é que, se a teoria tractariana da lógica dispensa qualquer consideração sobre a forma e a natureza dos objetos simples, desconsiderando inclusive expedientes extralógicos como a intuição intelectual – postulada, como se lê acima, por Russell –, para distinguir as formas tanto dos objetos quanto das proposições, temos que a filosofia da lógica do Tractatus não dá margem à formulação de qualquer tipo de semântica. Logo, interpretações da filosofia da lógica, e em particular do solipsismo no Tractatus, tomando por base uma suposta teoria semântica, como fizeram P. Hacker (1997) e o casal Hintikka (1994), são, como visto, equivocadas.

Examinar essas interpretações, no momento, desviar-nos-ia dos objetivos por nós colimados neste trabalho. No entanto, vale assinalar que há um ponto comum a essas duas linhas interpretativas que as distanciam do pensamento de Wittgenstein, a saber, afirmar que o autor do Tractatus supõe algo como uma ‘semântica transcendental’ cuja operação deve ser atribuída ao sujeito transcendental (HACKER, 1997, 75; HINTIKKA & HINTIKKA, 1994, 99-103). A semântica cumpriria, segundo tais interpretações, a função de ligar os termos da linguagem aos seus significados: os objetos simples (HACKER, 1997, 100; HINTIKKA & HINTIKKA, 1994, 21, 27-28, 99). Assim sendo, teríamos uma linguagem básica, fenomenológica, constituída pelos nomes próprios (HACKER, 1997, 104; HINTIKKA & HINTIKKA, 1994, 93-95). Nesse caso, caberia à definição ostensiva ligar os nomes aos objetos (HACKER, 1997, 76; HINTIKKA & HINTIKKA, 1994, 98). Os objetos simples, nesse caso, seriam os objetos da experiência (HACKER, 1997, 102; HINTIKKA & HINTIKKA, 1994, 101).

O fato de ambas as interpretações buscarem inspiração na teoria do conhecimento de Russell para explicar os objetos simples do Tractatus é um indício do engano no qual incidiram. É evidente que o escopo dos quantificadores denuncia, no Tractatus, o que Wittgenstein entende por objetos e que relações, propriedades, assim como particulares, são inalisáveis e, portanto, em princípio, são candidatos a objetos simples. Contudo, daqui não se segue que os objetos sejam fenomenológicos ou de familiaridade, como sustentam as duas interpretações aqui salientadas. Ser ‘imediatamente apreendido pelo sujeito’ não se segue de ‘ser simples’. (Acrescente-se que ser ‘inalisável’ não é nota característica do conceito de objeto, pois, se assim fosse, as proposições elementares seriam nomes). Não

pretendemos abordar, neste trabalho, a questão dos objetos tractarianos. Mas cabe lembrar que a existência desses objetos é pressuposta enquanto referência dos signos simples, isto é, é impensável que não existam se os termos de nossa linguagem têm significado. Os objetos não possuem qualquer determinação qualitativa, só assim podem corresponder aos nomes insaturados. Como escreve Wittgenstein, é um contra-senso adjudicar ou abjudicar propriedades internas aos objetos (T:4.124), pois isso pressupõe que faça sentido enunciar ambas as propriedades (T:4.1241). (E, vale lembrar, que se é um contra-senso fazer tal afirmação tampouco faz sentido pensá-las, pois o pensamento é a proposição dotada de sentido).

A presença de relações (propriedades) internas entre situações exprime-se na linguagem pela relação interna entre proposições (T:4.125). E que algo seja arbitrário, revela o que não é arbitrário (T:3.342), o fixo (T:2.027,2.0271). Como sabemos, um modo de designação, pode ser apenas um entre tantos, mas é importante que seja um modo possível de designação, pois nos ensina uma lição sobre a essência do mundo (T:3.3421). Esse é justamente o caso das proposições genuínas que revelam as relações internas entre situações da realidade através de relações internas entre outras proposições. É desse modo, portanto, que as propriedades e relações internas se dão a conhecer, isto é, sem qualquer recurso semântico. Com efeito, a hipótese dos intérpretes citados segundo a qual os objetos do Tractatus são objetos de familiaridade (casal Hintikka, 1994, 81 e ss) ou *minima sensibilia* (Hacker, 1997, 73) é incorreta.

A projeção dos signos de que falam esses intérpretes requer método de projeção e, por conseguinte, deve ser atribuída a quem, de fato, emprega métodos de projeção. O que é empírico e convencional na representação deve, portanto, ser atribuído aos sujeitos empíricos. Ao sujeito transcendental deve ser atribuído tão-só o que é comum e essencial na projeção: a intencionalidade da afiguração. Todavia, a intencionalidade não se efetiva em um ato que remete um signo a um objeto simples, mas é a razão de ser da própria compreensão do mundo, que se resolve na forma de afiguração enquanto perspectiva projetiva dos fatos. Voltaremos a esse ponto no próximo capítulo.

Mas é importante salientar que ao negarmos uma semântica ao Tractatus estamos negando, isso sim, uma semântica que desempenhe um papel transcendental, como um ato adâmico de doação de significação. Sabemos, por

consequente, que a sintaxe tractariana requer uma semântica, mas essa não pode ser transcendental, pois tudo que é transcendental é também *a priori*. Vimos que não é possível determinar antecipadamente o significado dos termos e o sentido das proposições elementares. Ora, se se trata de uma semântica transcendental, pelo menos a forma das proposições elementares deveria ser passível de antecipação. Além disso, vale lembrar que o significado de um nome revelá-se através do que é comum aos diferentes usos do seus signos nominais (T: 3.322, 3.3411). Portanto, algo que requer que signos convencionais sejam empregados por sujeitos empíricos.

Com efeito, se estamos certos no que concerne à resposta dada à questão discutida nesta seção, depreendemos que qualquer concepção semântica para a lógica tractariana que se queira transcendental, mais do que ser desnecessária, vai de encontro à filosofia da primeira obra de Wittgenstein. Essa conclusão justifica-se, sobretudo, porque, caso contrário, o filósofo não poderia desconsiderar a pergunta sobre a forma lógica das proposições elementares e nem mesmo sobre a natureza dos objetos simples.

Uma outra lição a tirar dessa seção do *Tractatus* é que, se pudéssemos antecipar a forma das proposições elementares, a linguagem seria, como revelamos na seção anterior, um sistema fechado em si, e, nesse caso, deparar-nos-íamos com a dificuldade de explicar como a linguagem mantém contato com o mundo⁴³. Se toda projeção só se dá no ato de projetar, antecipar a forma e conteúdo das proposições elementares seria como ter uma representação sem ter algo com o qual ela concorde ou discorde, isto é, é ter uma representação que dispensa a comparação com os fatos. Teríamos, assim, dificuldade de compreender como a linguagem mantém contato com o mundo. Estaríamos, conseqüentemente, desobrigados de qualquer consideração a respeito da relação de nossas representações com algo fora delas mesmas. Ora, em linhas gerais, não é essa a tese do solipsismo clássico ao considerar as suas representações enfeixadas formando o seu mundo? Contudo, não é esse o itinerário que o pensamento filosófico de Wittgenstein percorreu até chegar à sua formulação no *Tractatus*.

Se o solipsismo clássico é correto, a simples consciência de que temos experiências seria suficiente para enunciarmos o princípio segundo o qual o conteúdo que as proposições elementares descrevem seriam os objetos de

⁴³ ALTMANN, 1998, 135.

familiaridade e a sua forma seria a do aparato perceptivo humano, ainda que se tratasse somente de um princípio e não da forma lógica das proposições elementares. Nesse caso, apenas para exemplificar, se temos a experiência de cores, o seu conteúdo seria a do espectro das cores e a sua forma seria a do campo visual. Ora, o conhecimento que a lógica nos concede no que concerne às proposições que descrevem nossa experiência, como vimos, não permite fazer tais ilações sobre a forma e o conteúdo dessa mesma experiência. Com efeito, ainda que o solipsismo busque traçar os limites da experiência – assim como a lógica tractariana busca traçar os limites do sentido –, podemos concluir que, ao dizer que o solipsismo é correto (T:5.62), Wittgenstein não tem em mente as teses do solipsismo clássico.

Em suma, iniciamos este capítulo pela forma geral das proposições complexas e vimos como ela leva à tese segundo a qual ‘as constantes lógicas não significam’ (T:4.0312). Em seguida, mostramos que, ao contrário do que ocorre com as proposições complexas, não é possível antecipar a forma das proposições elementares. Vimos ainda que essas conclusões resultam da necessária autonomia da lógica. Esses resultados, por sua vez, conduziram-nos à conclusão de que a lógica do Tractatus prescinde de qualquer expediente semântico para dar conta da capacidade representativa da linguagem. Isso indica que certas interpretações do solipsismo no Tractatus apoiadas em alguma concepção semântica são errôneas. Os desdobramentos da filosofia da lógica de Wittgenstein em sua primeira obra mostram que o que ele entendia por solipsismo nessa obra diferia substancialmente do solipsismo clássico.

3 O MICROCOSMOS

Para abordar a questão do solipsismo propriamente dita precisamos compreender esse tema como parte de uma questão mais ampla, a saber, aquela que concerne aos limites da linguagem que, por sua vez, baseia-se principalmente no desenvolvimento das seguintes seções: a das proposições que expressam atitudes intencionais (T: 5.54-5.5423), e da forma das proposições elementares (T: 5.55-5.5571). É o que passaremos a fazer.

A despeito dos comentadores do *Tractatus* atribuírem ao aforismo 5.6 o papel de introduzir a exposição da questão sobre o solipsismo, o tópico só é comentado diretamente no aforismo 5.62. É só nesse último aforismo que as esclarecimentos dos dois últimos aforismos permitem elucidar a questão em pauta. Em 5.6, o filósofo escreve: ‘os limites de minha linguagem significam os limites de meu mundo’. Devemos compreender, primeiramente, o que são os limites da linguagem e qual é a sua relação com os limites do mundo.

Os limites da linguagem são, na verdade, os limites das proposições elementares, que formam a base da linguagem, e esses são mencionados explicitamente pela primeira vez no aforismo 5.5561 do seguinte modo:

A realidade empírica é limitada pela totalidade dos objetos. O limite volta a evidenciar-se na totalidade das proposições elementares (T: 5.5561).

Sabemos que a aplicação da lógica, ou seja, a análise lógica, revela o mundo enquanto possibilidade de efetivação. A razão disso está em que a totalidade dos objetos simples determina não apenas o mundo existente, mas todos os mundos possíveis.⁴⁴ Como se lê no aforismo acima citado, a totalidade dos objetos limita não apenas tudo que há, tudo que pode existir, como também tudo que se pode dizer

⁴⁴ A respeito desse ponto é bastante esclarecedor o que se lê na introdução ao *Tractatus* de Luiz Henrique dos Santos: ‘Positivamente, é a análise lógica das proposições com sentido que pode revelar a estrutura essencial e os fundamentos absolutos do mundo. Eles mostram-se na forma e no sentido das proposições elementares’ (op. cit., 102). E sobre a identidade entre os limites da linguagem e do mundo: ‘O mundo pode ser isso ou aquilo, mas seu espaço de manobra é limitado pelas fronteiras do espaço lógico. Pode-se pensar que o mundo seja isso ou aquilo, mas o espaço de manobra do pensamento é limitado pelas fronteiras da sintaxe lógica da linguagem. Essas fronteiras são as mesmas, são demarcadas pela forma essencial comum ao espaço lógico e à sintaxe lógica. Os limites da linguagem (e, portanto, do pensamento) são os limites do mundo, os limites do mundo são os limites da linguagem’ (Idem, 103).

com sentido: a totalidade das proposições elementares, a base da única linguagem que compreendemos. Se for na análise lógica que os objetos são revelados como limites do mundo e da linguagem, vale frisar, que, como já foi dito, toda análise pressupõe síntese, no caso, construção de proposições. Ao construir proposições, as propriedades internas dos objetos já se mostram, pois a linguagem corrente já está em perfeita ordem (T: 5.5563) e, vale lembrar, qualquer modo particular de designação nos ensina algo sobre a essência do mundo (T: 3.3421). Sabemos ainda que a construção de proposições pressupõe tomarmos signos segundo regras e desse modo, em ato, fazê-los símbolos. O conjunto dessas regras forma a sintaxe lógica (T: 3.344) e corresponde à forma dos objetos na linguagem, sendo a lógica a disciplina que estuda o que nos permite formar sistemas de signos (T: 5.555). Até esse ponto já expusemos nos dois capítulos anteriores desta dissertação. O nosso objetivo cobra-nos mais um passo na investigação, a saber, esclarecer como linguagem e mundo mantêm contato no uso lógico-sintático dos signos.

Uma das condições que devem estar satisfeitas para conhecermos um objeto é conhecer todas as suas propriedades internas (T: 2.01231). Uma propriedade interna é uma possibilidade de vínculo efetivo entre objetos. Dado que isso vale para qualquer objeto, o que caracteriza um objeto é poder receber propriedades externas, independente da natureza desses objetos. Por sua vez, o que caracteriza as propriedades externas é fazer parte de nossa experiência, a matéria da qual uma ciência natural completa trataria.

Portanto, apesar de não sabermos *a priori* quais são os objetos, é possível antecipar que eles devem ser objetos de uma experiência possível, isto é, objetos em estados de coisas possíveis de existir. Com efeito, para os objetos, poder formar estados de coisas equivale a poder ser parte da experiência de um sujeito. Mas dizer que ser objeto é poder fazer parte da experiência possível equivale a dizer que eles devem estar de acordo com as formas de afiguração. As formas lógicas, como vimos, realizam-se em formas de afiguração (T: 2.22), pois toda forma de afiguração é uma forma lógica (T: 2.182). É por meio das formas de afiguração que os fenômenos vêm a ser algo para nós. Vejamos esse ponto com mais vagar.

Dado que há uma forma comum à linguagem e ao mundo depreende-se que, para que algo seja um estado de coisas, é mister que possamos construir

proposições a seu respeito. Ora, para que uma estrutura seja tomada como signo de um estado de coisas, ou seja, para que ela seja um símbolo, duas condições devem ser satisfeitas a) é preciso que seus elementos signifiquem os elementos do estado de coisas; b) deve dividir o espaço lógico entre o que é e o que não é o caso conforme a proposição. No primeiro caso é preciso ligar os elementos do signo proposicional aos elementos do estado de coisas; no segundo, é preciso ter um critério para dizer verdadeira ou falsamente algo sobre o estado de coisas. A forma de afiguração integra as duas funções, mas, no caso do item (b), o único que nos interessa por ora, a forma de afiguração apresenta as relações entre os objetos simples e ao fazê-lo apresenta todo o espaço lógico. Se esse é o caso, a forma de afiguração vem a ser a própria forma lógica comum à linguagem e ao mundo, como vimos nos dois primeiros capítulos desta dissertação. Isso se dá porque a forma de afiguração integra-se à representação, constituindo, em parte, o critério de verdade da proposição. Nesse procedimento, as características materiais da figuração são postas de lado. Há um exemplo de Giannotti, inspirado em uma analogia encontrada no aforismo 4.063, que nos auxiliará.

Recordemos aquele símile pelo qual Wittgenstein explica sua teoria da verdade. Suponhamos uma mancha preta sobre uma folha de papel branco. É possível descrever a forma dessa mancha, indicando-se, a respeito de cada ponto da superfície, se é preto ou branco. Tomar um ponto é como indicar um conteúdo a que se aplica um critério para saber se é preto ou branco, o que requer saber de antemão quando chamo um ponto de preto e quando chamo de branco. (...) Saber quando chamo o ponto de preto e quando o chamo de branco é determinado por sua forma de apresentação. Examinemos um exemplo mais elaborado. Sobre uma folha de papel, agora com uma mancha colorida, estabeleço um sistema de coordenadas cartesianas, que permite reproduzir a mancha noutra folha, estabelecendo que os pontos (...) serão reproduzidos seguindo a regra segundo a qual os pontos coloridos serão substituídos por pontos pretos e os pontos brancos, por brancos. (...) Essa escolha segundo a qual o branco corresponde ao branco e o preto ao colorido é inteiramente arbitrária, podendo ser exatamente inversa ou trocada por outra, obtendo-se sempre o mesmo efeito. É nesse sentido que a forma de apresentação, a despeito de possibilitar a proposição como uma representação verdadeira ou falsa, é exterior a ela (GIANNOTTI, 1995, 39).

Na projeção, a forma de afiguração vem a ser a forma do estado de coisas e também o modo pelo qual o sujeito tem acesso à realidade. Essa declaração ficará mais clara se lembrarmos algumas idéias de Wittgenstein apresentadas no aforismo 5.5423 como exemplo da relação do pensamento com o estado de coisas pensado. Em 5.5423, aforismo por nós já comentado, Wittgenstein nos dá um

exemplo da relação dos elementos do pensamento com os elementos do estado de coisas e como a diferença na forma de afiguração nos dá fatos diferentes. No exemplo, o cubo de Necker, projetado de baixo para cima, representa um fato possível diferente quando projetado em sentido inverso. O que nos interessa salientar nessa altura de nossa exposição é que a percepção do fato já é ordenada, já é orientada segundo uma direção e um sentido, pois, em cada caso, percebemos aspectos diferentes do cubo, como o próprio Wittgenstein nos faz notar (T:5.5423). As diferenças no que se percebe nessas figuras são independentes da forma lógica, que é a mesma em ambos os casos.

A percepção não é, portanto, o resultado da simples interação dos pontos e linhas que formam os diferentes cubos, mas porque cada projeção é orientada de modos opostos uma da outra.

A lógica preenche o mundo; os limites do mundo são também seus limites
(T: 5.61).

Vimos nos capítulos anteriores que a forma lógica medeia a relação da linguagem com o mundo por fazer comum as possibilidades de combinação dos objetos em estados de coisas e dos nomes em proposições elementares. Agora compreendemos como os limites do mundo vem a ser os limites da linguagem, ou seja, como linguagem e mundo compartilham a mesma forma lógica. A razão é, portanto, que no ato de projeção a forma de afiguração vem a fazer parte do estado de coisas representado e, assim, vem a constituí-lo como tal, de modo que o fato só existe na relação projetiva. Porém, o mais importante nesse exemplo é que não percebemos meramente o conjunto de pontos e traços no papel, mas sim o fato projetado, pensado de certo modo, segundo certa forma; enfim, não é pela interação desses elementos com o nosso aparato perceptivo que se constitui as nossas experiências. Ora, visto que essa estrutura da forma de afiguração é comum aos fatos e ao nosso modo de acesso aos fatos, não é possível descrever tal estrutura, caso contrário, haveria uma relação externa entre formas idênticas. A forma integra-se à lógica do mundo e da linguagem.

Na lógica, portanto, não podemos dizer: há no mundo isso e isso, aquilo não. Isso aparentemente pressuporia que excluimos certas possibilidades, o que não pode ser o caso, pois, do contrário, a lógica deveria ultrapassar os limites do mundo como se pudesse observar esses limites também do outro lado (T: 5.61).

Se tentássemos descrever a forma de afiguração, isso não seria possível. Pois só é possível descrever os aspectos materiais, ou seja, o fato usado para descrever algo e não a sua forma. A linguagem só descreve o que é o caso e, como vimos, a forma não é um elemento do estado de coisas descrito. Se desejássemos representá-la, vale frisar, precisaríamos de um ponto de vista fora da linguagem, fora do mundo.

O que pertence à essência do mundo não pode ser expresso pela linguagem.

Por essa razão, não se pode dizer que tudo flui. A linguagem só pode dizer aquelas coisas que nós podemos também imaginar de outro modo. Que tudo flui deve ser expresso na aplicação da linguagem e não em um tipo de aplicação como oposto a outro, mas em a aplicação. Em algo que nós sempre chamaremos a aplicação da linguagem.

Por aplicação eu entendo o que faz a combinação de sons ou marcas uma linguagem como um todo. No sentido que é a aplicação que faz a vara com marcas sobre ela em uma vara de medida (Maßstab): a linguagem aposta à realidade (PR, 1990, §85)⁴⁵.

Prossigamos em nossa exposição lembrando que, segundo Wittgenstein, ‘essa consideração fornece a chave para se decidir a questão de saber em que medida o solipsismo é uma verdade’ (T: 5.62). A tese solipsista, isto é, a idéia segundo a qual ‘o mundo é meu mundo’ é correta, porém, dado que os limites da linguagem que ele conhece significam os limites do seu mundo e dado que só há uma linguagem que ele, ou qualquer outro conhece, essa tese não pode ser defendida, pois sequer pode ser expressa com sentido.

⁴⁵ Esse excerto, embora de um período posterior ao Tractatus, está em perfeita consonância com a tese que estamos a defender. Isso pode ser visto logo no princípio do Tractatus (2.15-2.1515), onde Wittgenstein procura dar conta de como a proposição é posta em projeção, alcança a realidade. Nessa seção, Wittgenstein explica como a figura vem a ser o resultado da operação de coordenação. E na mesma seção, a forma de afiguração também é comparada a uma régua (Maßstab), exatamente como na passagem das Philosophical Remarks citada acima. Na verdade, com o exemplo do Cubo de Necker, na seção 5.54-5.5423, Wittgenstein exemplifica o que é exposto na seção 2.15-2.1515.

‘É *assim* que a figuração se enlaça com a realidade’ (T:2.1511).

‘Ela é como uma régua aposta à realidade’ (T:2.1512).

‘A relação afiguradora consiste nas coordenações entre os elementos da figuração e as coisas’ (T:2.1514).

‘Essas coordenações são como que as antenas dos elementos da figuração, com as quais ela toca a realidade’ (T:2.1515).

Mas, por que esses apontamentos dizem respeito à questão do solipsismo? O solipsista, como expusemos no início deste trabalho, admite como existentes apenas ele próprio e suas representações e que essas recebem sua existência justamente por serem atributos dele. Deveras, o que o solipsista afirma é correto: o mundo como totalidade não existe em si, mas para um sujeito, ou seja, como representação desse sujeito; o sujeito, por sua vez, só se reconhece qualificado, por assim dizer, como sujeito de suas representações. Contudo, Wittgenstein adverte que tais representações só se dão por meio da linguagem, pois as representações recebem através das formas de afiguração a forma lógica, e isso, por sua vez, nada mais é que o exercício da única linguagem que eu compreendo (T: 5.62) (GIANNOTTI, 1995, 28 e 42-43).

Compreender é, como já foi dito, saber o que é o caso se a proposição for verdadeira e o que é o caso se ela for falsa (T:4.024). Saber o que é o caso é projetar o estado de coisas como existente, dispondo de antemão de um critério para decidir o valor de verdade da proposição. Isso é o mesmo que saber representar segundo a sintaxe lógica, ou seja, saber realizar operações de verdade. A projeção das proposições elementares é a primeira operação de verdade, seguindo-se as hierarquias da linguagem pela aplicação sucessiva do operador de negação. O sujeito é reconhecido por suas operações. Logo, o sujeito é todo aquele que é capaz de construir representações de acordo com a sintaxe lógica. É isso que significa compreender uma proposição. E o que caracteriza o sujeito, do ponto de vista lógico-filosófico, é a capacidade de compreender proposições.

Contudo, a compreensão não envolve o conhecimento dos dados da experiência e tampouco a eles remete. A esse respeito é instrutiva a seguinte declaração:

O saber implicado na compreensão é, portanto, meramente contrafactual e não efetivo: ao compreender P não sabemos como as coisas de fato são, mas já sabemos como seriam se P fosse verdadeira (BARBOSA FILHO, 1981, 20).

A forma lógica, por sua vez, nada diz sobre o conteúdo daquilo que a proposição descreve. No capítulo anterior, procuramos explicar a independência da compreensão em relação à natureza dos objetos ao tratar da questão da forma das proposições elementares. Agora fica mais claro porque é possível e mesmo

necessário no ato de compreender, na projeção de estados de coisas, desconsiderar o conteúdo da substância do mundo. Isso é possível porque, seja quais forem os elementos que empregamos para representar as conjunções de objetos, eles são integrados à representação dos estados de coisas ao fazer parte da forma de afiguração. Até mesmo a designação de um objeto, no contexto de uma proposição, já pressupõe uma forma de afiguração. No exemplo da projeção da mancha sobre a folha de papel, citado acima, vemos que, para designar um ponto da superfície colorida já devemos nos encontrar em uma projeção segundo a forma do mundo. A esse respeito vale atentarmos para o que escreveu Balthazar Barbosa Filho sobre as leituras verificacionistas do *Tractatus* defendidas pelo Círculo de Viena.

Pode-se dizer, a esse respeito, que as observações de Wittgenstein sobre as proposições elementares no *Tractatus*, como exigência última de possibilidade do sentido, não compõem uma teoria da atribuição da significação, fixando antes, um critério de adequação para qualquer teoria desse tipo. Assim, uma linguagem descrita só tem sentido se e somente se as proposições que a sua sintaxe autoriza estiverem ligadas a proposições elementares (tais como o *Tractatus* as define) mediante o mecanismo das funções de verdade. Esse critério, porém, não informa nada sobre o modo de identificação das proposições elementares fundadoras, i.é., se seu conteúdo deve ou não, pode ou não ser fornecido pela experiência (BARBOSA FILHO, 1981, 20).

Entendendo-se por ‘experiência’, ao final dessa citação, os dados de nossa experiência, tal como os filósofos do Círculo de Viena interpretaram os objetos simples do *Tractatus*. A primeira obra de Wittgenstein pressupõe um modo de ordenar e unificar representações, assim como pressupõe um sujeito como oposto correlativo do mundo, como sujeito da experiência em geral – ou seja, experiência a respeito da qual nada conhecemos *a priori* –, mas não se compromete com o que vem a ser os objetos que compõem essa experiência.

Não há filosofia da experiência no *Tractatus*, ainda que lá se encontre uma “metafísica da experiência”, i.e., uma análise transcendental das condições da experiência (BARBOSA FILHO, 1981, 21).

Com efeito, com base no que foi exposto, conclui-se que até mesmo a referência aos objetos simples, que só se dá em figurações, ou a interpretação dos termos da proposição através dos dados da experiência, pressupõem a forma de afiguração. Corrobora-se, assim, nossas observações sobre as interpretações feitas pelo casal Hintikka e por Peter Hacker, visto que as proposições só se dão por meio

de uma forma de afiguração, as propriedades internas só são reveladas com o concurso da projeção por meio de formas de afiguração. Ora, as formas de afiguração são atribuídas ao sujeito transcendental como sua perspectiva projetiva. Eis, portanto, o modo como o sujeito transcendental contribui para que a referência dos nomes seja viável. Somente pela análise lógica podemos conhecer os objetos simples, pois precisamos conhecer todas as suas propriedades internas (T:2.01231). Temos, aqui, o bom princípio metafísico que observa que só conhecemos a substância por meio de seus atributos. Nesse contexto, o sujeito transcendental fornece a síntese – por meio da forma de afiguração – dos elementos, síntese a partir da qual a análise lógica revelará os objetos simples. A análise lógica pressupõe síntese, pressupõe, portanto, a atividade do sujeito transcendental. Assim, como sustentamos no primeiro capítulo (nota 11), o sujeito não impõe a forma aos objetos e tampouco recebe a forma deles. Mas, nesse caso, o que Wittgenstein entende por sujeito a partir do aforismo 5.63?

Antes de responder diretamente a essa questão observemos que entre os aforismos 5.62 e 5.63 há um comentário a esse último que busca traçar um paralelo, digamos assim, entre ‘mundo’ e ‘vida’. Portanto, vejamos, primeiramente, o que o filósofo entende pela noção de vida. Wittgenstein não define, em sentido estrito, o conceito de ‘vida’ e em 5.621 ele o cita pela primeira vez. Isso nos leva a supor que a noção aqui empregada goza de uma evidência peculiar. Por vida, no *Tractatus*, entende-se o envolvimento com o mundo e com o que nele há. O que está morto não se comunica, no sentido amplo desse termo, com o mundo. Essa interpretação encontra respaldo no aforismo 6.431: ‘como também o mundo, com a morte não se altera, mas acaba’. Ora, a morte opõe-se à vida e se aquela é o desligamento dos laços entre sujeito e mundo, essa consiste na ligação recíproca entre eles. (Essa ligação, como veremos, leva em consideração aquilo que só o mundo pode fornecer para que a experiência – o contato entre o sujeito e os fatos – ocorra e, por outro lado, aquilo que só o sujeito (metafísico) pode fornecer).

Sabemos que a interação com o mundo é a reação à existência ou inexistência dos fatos. Ela é a própria vida. Conseqüentemente, se algo, por princípio, não pode fazer parte da vida, se não pode interagir com um sujeito, então não existe. Tal interação, é importante lembrar, resolvem-se em crenças, desejos, percepções (nesse último caso, por exemplo, a percepção do Cubo de Necker). Visto que essas reações são estados psicológicos relativos a proposições (T: 5.542),

a interação com o mundo se dá, ao que tudo indica, mediada por proposições (T:5.542). Lembremos que o sujeito, corretamente falando, é o ser que compreende o mundo em proposições. Logo, o princípio da vida humana é o princípio da compreensão. É pela compreensão de proposições que interagimos com o mundo, é isso que distingue a vida humana das demais formas de vida.

Mas se a vida, pelo menos do ponto de vista lógico, é o exercício da compreensão, essa se dá pela forma de afiguração, pois só por meio dessa, como vimos, a proposição toca, como uma régua (T: 2.1512), a realidade. Dado que pela forma de afiguração a linguagem e o mundo, a proposição e os estados de coisas, não se separam, também pela forma de afiguração o mundo e a vida ‘tocam-se’.

O mundo e a vida são um só (T: 5.621).

Voltando ao exemplo do Cubo de Necker, em qualquer das projeções temos uma combinação ordenada de elementos segundo uma forma lógica. Por conseguinte, essas estruturas não são associações aleatórias de signos. A adequação de uma estrutura, segundo uma forma lógica, no ato de afigurar, portanto, em uma forma de afiguração, revela uma atividade segundo regras. Essa atividade deixa seu traço indelével no verbo ‘ser’, que, como observou Wittgenstein, é o verbo de toda proposição (T: 4.063). Não é possível, pois, arranjar objetos em uma estrutura proposicional dizendo, por exemplo, ‘ “s” é “p” ‘sem o fazer seguindo uma regra, uma vez que a organização dos signos na estrutura proposicional deve ser isomórfica à organização dos objetos no estado de coisas afigurado. Como vimos, no segundo capítulo deste trabalho, a forma geral da proposição é a regra fundamental de toda linguagem: ‘as coisas estão assim’ (T: 4.5). Na verdade, é uma e mesma operação dizer “s” é “p” e dizer “s” está com “p” em uma relação “assim e assim”, sendo “s” e “p” nomes próprios.

Ora, a atividade de pensar segundo a forma geral da proposição, como dissemos, pressupõe um sujeito. Logo, para garantir a unidade das representações em proposições é necessário, pois, a unicidade do agente à qual remetemos as representações, sob pena de haver representações tão dispares e variegadas quanto o número de indivíduos que as entretencesse. Se não pressupuséssemos um sujeito que, por assim dizer, acompanha todas as nossas figurações, não haveria sequer figurações, ou seja, representações e, portanto, não haveria vida, pois essa

também pode ser vista como ‘o mundo da representação’ (PR, 1990, §47). Representação, vale lembrar, é sempre o atributo de um sujeito e, assim, vem a ser um todo qualificado pelo possessivo em expressões como ‘minha vida’, ‘minha experiência’.

Assim chegamos ao aforismo 5.63 e encontramos um enunciado que expressa plenamente a idéia solipsista: ‘Eu sou meu mundo’, ‘Eu sou (o microcosmos)’ (T: 5.63). Essa frase resume a tese solipsista: ‘o mundo sou eu e as minhas representações’. Poder-se-ia dizer também que o espaço, o tempo e as demais determinações que são as formas do ser e do pensamento, estão no sujeito. Por essa razão, visto que a forma de afiguração é – qualquer que seja ela – a forma do estado de coisas e, porque não dizer, é a forma do sujeito, na afiguração o sujeito metafísico assume a forma do mundo. Eis a verdade do solipsismo que Wittgenstein sintetiza em ‘Eu sou meu mundo’.

O solipsista, Wittgenstein assegura, está correto em sua pretensão em dizer tal coisa, mas equivocado em tentar expressá-la. Ao dizer que tudo o que existe é o que pode ser tomado como sua representação, o que ele quer significar é todo o espaço lógico. Todavia, se se trata de uma sentença com sentido ela deve dividir o espaço lógico. Para isso, o solipsista mostra que pressupõe um espaço lógico ainda mais amplo (Cf. SANTOS, 1993, 103). Não se trata, é importante frisar, de uma contradição, uma vez que o conflito se dá entre o que o solipsista diz e o que ele quer significar (T: 5.62).

Cabe acrescentar que, se o sujeito é uma condição da unidade das representações – sem o qual elas não existiriam como símbolos dos estados de coisas, mas meramente como um múltiplo desordenado –, então é correto pensá-lo como sujeito transcendental. Mas, se isso é correto, se o sujeito é uma condição do mundo, ele mesmo não se encontra no mundo, pois, caso contrário, seria necessário uma condição de unidade da proposição (do mundo) ainda mais elevada e, se essa fosse também um fato, pressuporia uma outra unidade e assim sucessivamente em um regresso infinito. Logo, uma descrição completa do mundo não pode incluir o sujeito metafísico. É o que Wittgenstein quer dizer no seguinte aforismo:

O sujeito que pensa, representa, não existe. Se eu escrevesse um livro O Mundo tal como o Encontro, nele teria que incluir também um relato sobre meu corpo, e dizer quais membros se submetem à minha vontade e quais não, etc. – este é bem um método para isolar o sujeito, ou melhor, para mostrar que, num sentido importante, não há sujeito algum: só dele *não* se poderia falar neste livro (T: 5.631).

O sujeito metafísico é ainda o limite do mundo (T: 5.632). Observe o leitor que Wittgenstein inicia a seção sobre o solipsismo tratando dos limites da linguagem e do mundo (T: 5.6). A seção em estudo inicia, portanto, com ‘os limites’ (no plural) e, em 5.631, o autor do Tractatus já se refere ao ‘limite’ (no singular) do mundo’. Visto que os limites do mundo (e da linguagem) nada mais são que as formas de afiguração, e essas, vale frisar, são formas do sujeito – pois os estados de coisas não nos aparecem com uma forma de afiguração específica –, as formas de afiguração, em princípio, dependem da decisão do sujeito que constrói figurações.

Porquanto, por sujeito transcendental compreende-se tão-só uma perspectiva projetiva sem par do mundo, por ser comum a todas as formas de afiguração, e ser a condição necessária para representarmos todo e qualquer estado de coisas. Visto que a forma de afiguração – que vem a ser a perspectiva do sujeito – integra-se à representação, determinando-a como descrição de algo possível, o sujeito constitui, assim, o objeto intencional sob o qual se assenta toda experiência ao constituir a forma de afiguração. É por essa razão que o sujeito importa à filosofia, porque o ‘mundo é meu mundo’ (T: 5.641), como reza a concepção solipsista. Se o Tractatus busca traçar o limite do sentido (T: Prefácio), então essa obra é uma reflexão sobre a forma lógica, que vem a ser forma de afiguração. Tudo que se pode dizer com sentido na única linguagem que compreendemos não ultrapassa a forma lógica, como vimos nos capítulos anteriores, e a forma lógica só se dá em formas de afiguração. Dito isso, compreende-se porque toda essa seção do Tractatus inicia com o aforismo: ‘os limites da minha linguagem significam os limites do meu mundo’ (T: 5.6).

Mas, se o sujeito é o limite do mundo propriamente falando, o mundo que se compreende não revela quem o compreende.

Eis o sentido da analogia⁴⁶ que envolve a relação entre o olho e o campo visual (T: 5.633). Com essa analogia Wittgenstein quer dizer que, assim como o campo visual não traz informação alguma de que é visto, o mundo não apresenta

⁴⁶ Não nos esqueçamos que toda analogia nos fornece uma regra pela qual transfere-se o sentido de uma expressão à outra.

vestígio de que é compreendido por esse ou aquele sujeito, mas apenas que é compreendido. Do ponto de vista lógico, essa analogia corrobora o que estamos explicando, ou seja, que o modo de apresentação – que identificaria os sujeitos empíricos que projetam figurações – não se faz presente como tal na figuração. Se a compreensão remetesse a um sujeito empírico a verdade de uma proposição estaria entre as condições de verdade das proposições elementares (T: 5.634). Nesse caso, teríamos algo como um juízo sintético *a priori*. Tal pressuposição, entretanto, está descartada, como vimos, pelo princípio da independência das proposições elementares. ‘Não há uma ordem *a priori* das coisas’, pensa Wittgenstein (T: 5.634).

Diante dos argumentos do solipsista e refletindo sobre a relação entre o pensamento e a realidade, o filósofo realista sustenta que o sujeito é de tal modo independente do mundo que em uma descrição completa desse último não há qualquer menção daquele. Se for assim, não há qualquer razão para admitir a existência de um sujeito da representação. Os sujeitos empíricos, segundo essa concepção, são meros fenômenos naturais, portanto, algo que uma descrição completa do mundo abarcaria. O solipsista, refletindo também sobre a relação entre o pensamento e o mundo, mas ao contrário do realista, conclui que o mundo é de tal modo dependente do sujeito que, na verdade, há apenas o sujeito, pois ele crê que o mundo é constituído da forma e da matéria de sua experiência – a única experiência que há.⁴⁷ Vejamos esse ponto em uma versão ampliada do aforismo 5.64.

Este é o caminho que eu percorri: o Idealismo distingue os homens do mundo como únicos; o solipsismo distingue a mim somente; e, por último, eu vejo que eu também pertença ao resto do mundo, e assim por um lado nada resta e, por outro, como único: o mundo. Desse modo o idealismo leva ao realismo se for estritamente pensado (NB, 15.10.1916).

Resta saber como conciliar concepções tão antagônicas: Que direito temos em afirmar que elas coincidem? De fato, o realista está certo ao sustentar a independência entre sujeito e mundo, uma vez que uma descrição completa do mundo não inclui o sujeito de toda experiência. Vimos que, no ato de projeção, tudo que daria conta da dimensão subjetiva – a sua perspectiva projetiva através da forma de afiguração – perde a sua relevância, integrando-se à representação, dividindo o espaço lógico como um todo. Mas, por outro lado, o solipsista também

⁴⁷ Considerações semelhantes encontram-se em (RUSSELL, 1994, 201).

está com a razão, pois quando afirma que há apenas o sujeito ele fala do sujeito metafísico cuja forma confunde-se com a forma do mundo.

Porquanto, novamente a questão ôntica que se coloca diz respeito à metafísica da experiência, como enfatizou Barbosa Filho, e poderia ser assim formulada: Que realidade há no sujeito, ou melhor, o que se conhece do sujeito metafísico?

O eu do solipsismo reduz-se a um ponto sem extensão e resta a realidade (Realität) coordenada a ele (T: 5.64).

Isso requer outros esclarecimentos. O que nos leva à ilusão de que existe um sujeito substancial é que o 'Eu afiguro', que de certo modo já está implícito, vale lembrar, em 'Figuramos os fatos' (T: 2.18), é o sujeito lógico de toda proposição, levando-nos a inferir da necessidade de uma unidade permanente das representações, a existência do portador dessas representações.

Todavia, dado que já no aforismo 5.542, lê-se que 'A Ψ "p"' não é a coordenação de um fato e um objeto, mas a coordenação de fatos pela coordenação de seus objetos (T: 5.542), sabemos que a nenhum objeto corresponde a noção de sujeito. Da unidade da representação no sujeito resta apenas as proposições. Dizer que sou consciente de algo, isto é, dizer 'Eu penso "p"' é ser capaz de construir proposições, pois toda consciência de si pressupõe a capacidade de discriminar nossas representações, e isso se faz em proposições. Mas, para construir proposições é necessário que a unidade que é pensada em funções de verdade, ao fim e ao cabo, realize-se em relações espaciais, temporais, cromáticas, etc, que é a contribuição das formas de afiguração. Ora, vimos que as formas de afiguração não são um simples método de projeção e tampouco são encontradas nos fatos. Vimos também que, por seu intermédio, o sujeito realiza um papel transcendental na constituição tanto da linguagem quanto do mundo. Com efeito, a noção de sujeito metafísico, no *Tractatus*, pressupõe a capacidade de combinar os elementos da representação em formas de afiguração, pois não há formas de afiguração sem figuração. E isso é tudo o que se pode falar a respeito do sujeito metafísico.

Isso posto, ao dizer que o sujeito metafísico, o eu solipsista, reduz-se a um ponto sem extensão, Wittgenstein está chamando a nossa atenção para o fato de que é na proposição que se dá a ação do sujeito metafísico.

O sujeito não se expressa no mundo, ele se expressa na proposição, onde 'uma situação é como que montada para teste' (T: 4.031). É na proposição que a capacidade de projetar situações com as formas da experiência, podemos dizer assim, se realiza. Porquanto, o mundo que o sujeito cria, o mundo que depende do sujeito, reduz-se à proposição e essa é comparada a um ponto (T: 5.64). Temos aqui outra analogia.

Na seção terceira do Tractatus, Wittgenstein emprega essa analogia para pôr em relevo o modo como a proposição liga-se ao espaço lógico.

A proposição determina um lugar no espaço lógico (...), pela existência da proposição com sentido' (T: 3.4).

O sinal proposicional e as coordenadas lógicas: isso é o lugar lógico (T: 3.41).

O lugar geométrico e o lógico coincidem em serem ambos a possibilidade de uma existência (T: 3.411).

O ponto geométrico assim como o lugar lógico, vale lembrar, são lugares de argumento, ambos determinados por suas coordenadas.

A armação lógica à volta da figuração determina o espaço lógico. A proposição alcança todo o espaço lógico (T: 3.42).

Acrescente-se que a relação do ponto com o espaço lógico é interna, ou seja, pertencer ao espaço lógico é uma propriedade interna de todo lugar lógico. No entanto, as coordenadas de um ponto particular são externas ao espaço lógico. No caso em questão, a unidade da representação no sujeito metafísico guarda uma relação interna com a Realität, mas cada sujeito empírico, ou, cada perspectiva projetiva particular está em uma relação externa com essa mesma Realität. Mas é justamente por estar ligada à Realität que a proposição divide o espaço lógico, pois, não nos esqueçamos, antes de julgar o mundo devemos fazê-lo segundo a forma do mundo (NB: 2.9.1916). Para que faça sentido dizer que 'o objeto "A" está no ponto de coordenadas (x_1, y_1) ' é necessário fazer sentido dizer que o mesmo objeto está, por exemplo, nas coordenadas (x_2, y_2) .

Entretanto, faz-se necessário distinguir o tempo entre as assimetrias no espaço lógico. Para dizer com sentido que um estado de coisas existe em um tempo t_1 deve fazer sentido dizer que ele existe no tempo presente, pois a possibilidade de

que algo exista no presente é a possibilidade da própria experiência. Como Wittgenstein escreverá na *Philosophical Remarks*:

(...) você não pode descrever uma expectativa a menos que possa descrever a realidade presente; ou, você não pode descrever uma expectativa a menos que possa dar uma descrição comparando a expectativa com o presente, da forma: Agora eu vejo um círculo vermelho aqui, e espero um quadro azul posteriormente (PR, 1990, 72).

A ligação da expectativa – e, porque não dizer, da vida – com a realidade se dá, portanto, no presente. Mas, para que esse seja o caso, a proposição, enquanto figuração, deve estar fora do tempo.

Nós podemos falar de eventos presentes, passados e futuros no mundo da física, mas não de imagens presentes, passadas e futuras, se o que nós estamos chamando uma imagem não é outro tipo de objeto físico (...), mas precisamente aquilo que é presente (PR, 1990, 82).

Essa condição especial no que concerne à ordem do tempo estende-se da proposição ao sujeito metafísico.

Se por eternidade não se entende a duração infinita, mas a atemporalidade, então vive eternamente quem vive no presente (T: 6.4311).

Por esse ponto de vista, é possível inclusive sintetizar o problema do solipsismo:

A proposição que somente a experiência presente tem realidade parece conter a derradeira consequência do solipsismo. E, em certo sentido, isso é assim (...). Pois o que pertence à essência do mundo simplesmente não pode ser dito (PR, 1990, 85)⁴⁸.

⁴⁸ Essas considerações sobre a forma da experiência visando elucidar a idéia de solipsismo, a despeito de terem sido retiradas de obras distantes no tempo uma da outra, não padecem de anacronismo. Como Wittgenstein escreve em uma obra bem posterior ao *Tractatus*: ‘Eu poderia, não obstante, expressar o meu solipsismo de uma maneira diferente: eu imagino que eu e outros delineamos figuras ou descrições escritas daquilo que cada um de nós vê. Essas descrições são colocadas diante de mim. Eu aponto para uma que eu tenha feito e digo: “Somente isso é (ou era) realmente visto”. Isso é, eu sou tentado a dizer: “Somente essa descrição tem realidade (realidade visual) atrás dela. Os outros eu poderia chamar – “descrições vazias”. Eu poderia também expressar a mim mesmo dizendo: “Esta descrição era a única derivada da realidade” (BB, 1960, 72; O negrito é nosso – BCF). Vale notar que ao final a proposição – por ser a perspectiva que o sujeito tem do mundo – substitui a própria menção ao sujeito. Em suma, para os objetivos perseguidos neste trabalho basta assinalar que os poucos e breves excertos que apresentamos, especialmente neste último capítulo, ilustram não uma idéia momentânea a respeito do tema do solipsismo, mas sim uma concepção bastante arraigada no pensamento de Wittgenstein, na qual a proposição é o modo de expressão da experiência cuja forma lógica chama sobre si, as especulações da metafísica que antecedeu ao *Tractatus*. Daí o ressurgimento, inclusive, da questão do solipsismo.

Isso é o que nós queríamos expor sobre a ligação necessária entre o sujeito e a Realität e sobre a assimetria que dessa ligação decorre.

Finalmente, o aforismo 5.641 como que resume a seção. O sujeito que interessa à filosofia não é visto pelo aspecto fisiológico ou psicológico, não é o homem, não é o corpo humano ou a alma humana que a psicologia estuda. ‘O eu’, escreve Wittgenstein, ‘entra na filosofia pela via de que “o mundo é meu mundo”’ (T: 5.641). Em outras palavras, o Eu filosófico é necessário à filosofia por se apresentar em toda proposição e, ainda mais relevante, o mundo de nossa experiência só pode ser compreendido como tal se sua unidade representativa repousa em um sujeito que goza de unicidade. Assim, o mundo objetivo – que a linguagem descreve – coincide com o mundo da perspectiva transcendental.

Essas considerações lembram-nos o comentário de L. H. dos Santos segundo o qual a questão do solipsismo poderia ser interpretada em dois níveis: empírico e transcendental (Cf. SANTOS, 1993, 104). No primeiro a afirmação do solipsista faz sentido e é falsa: eu compreendo a linguagem do outro por fazer meus os seus termos e segundo a minha vontade, e a recíproca é também verdadeira. Em nível transcendental, entretanto, a questão não se coloca, uma vez que a afirmação solipsista, nesse nível, carece de sentido. Sim, há apenas uma linguagem que nós compreendemos, pois há apenas uma forma da realidade comum à linguagem e ao mundo, e essa forma realiza-se em formas de afiguração. Mas as diversas formas possíveis de afiguração remetem, como visto, a um mesmo sujeito. Esse não se revela como indivíduo, mas todo aquele que compreende uma proposição o pressupõe como a unidade da afiguração. Assim sendo, do ponto de vista transcendental, há uma única linguagem, um único mundo, um único sujeito. A tentativa de expressar tal verdade leva-nos a contra-sensos, porém, mostra-se no uso dos signos proposicionais e revela-se na e pela reflexão a respeito da forma lógica. É nesse sentido, portanto, que o solipsismo é correto.

Para concluir, queremos lembrar que o solipsismo é um problema exemplar da filosofia tractariana, pois ele marca a passagem da filosofia da lógica à filosofia prática. O sujeito metafísico, do ponto de vista prático, é expresso por ‘somente a vida tem valor’ em lugar de ‘o mundo e a vida são um só’. Conseqüentemente, o solipsista diria: ‘A minha vida é a única que há’, em vez de ‘Eu sou meu mundo’. Em uma palavra, dir-se-ia: o solipsismo, do ponto de vista prático, torna-se narcisismo. Esse é outro modo de dizer o que está escrito no aforismo 6.421: ‘Ética e estética

são uma só'. A estética é a obra de arte vista *Sub Specie Aeternitatis*, isto é, como algo de valor absoluto e, por essa razão, algo único – acima de todo o devir (NB, 7.10.1916, 8.10.1916). A ética é a vida feliz, vista *Sub Specie Aeternitatis*, ou seja, ela é única e desejável por si só, portanto, um valor absoluto (NB, 30.7.1916). É nesse sentido que ética e estética são uma só (NB, 7.10.1916). Embora busquemos um bem material enquanto bem material, busquemos, sobretudo, um bem absoluto, isto é, um bem em si, como salientamos no primeiro capítulo desta dissertação. Somente a vida satisfaz a essa condição.⁴⁹

Contudo, se a partir dessa posição para com a vida, que traz um viés axiológico, o solipsista-narcisista quiser fundamentar alguma doutrina ética segundo a qual somente ele e o que lhe é importante têm valor, incidirá em falácia naturalista, dado que a vida da qual ele fala é a mesma em todos e não se reduz aos seus aspectos psicológicos e fisiológicos. Visto que a vida é a única que há, quando fazemos mal a alguém, na verdade, fazemos mal a nós mesmos. É por essa razão que deve nos causar dor ofender a alguém (Cf. NB: 8.7.1916).

A filosofia do *Tractatus* pode auxiliar aquele que defende falácias naturalistas em ética a se desvencilhar delas, mas não pode obrigá-lo a abandoná-las. Ela pode, por assim dizer, mostrar à mosca a saída da campânula, mas não pode forçá-la a sair. Como tudo que pertence ao campo prático, tal decisão tem como princípio a liberdade.

Porquanto, assim como o exame da representação revelou a intencionalidade como a essência da relação pensamento–mundo essa mesma intencionalidade revela a vontade como a essência de nossa atitude para com o mundo. Poder-se-ia dizer que, se nossa vontade insistir em tomar nossa perspectiva particular do mundo como se transcendental fosse, o mundo, por assim dizer, decrescerá. Por outro lado, se nossa vontade tender em direção oposta, o mundo crescerá como um todo.

Se a boa ou má volição altera o mundo, só pode alterar os limites do mundo, não os fatos; não o que pode ser expresso pela linguagem. Em suma, o mundo deve então, com isso, tornar-se a rigor um outro mundo. Deve, por assim dizer, minguar ou crescer como um todo. O mundo do feliz é um mundo diferente do mundo do infeliz. (T: 6.43).

⁴⁹ Cf. L. H. dos Santos (1993, 108): 'O valor absoluto é o sentido ético da vida'.

Se compreendermos que a nossa vida e a do outro, do ponto de vista lógico-filosófico, são uma e a mesma e decidirmos pautar a nossa conduta segundo essa 'verdade', viveremos felizes, segundo Wittgenstein. Só assim o solipsismo seria, realmente, levado às últimas conseqüências.

REFERÊNCIAS

ALTMANN, Sílvia. A lógica e sua aplicação. a antecipação das formas das proposições elementares no tractatus de Wittgenstein. **Analytica**, v. 4, n. 1. 1999

ALTMANN, Sílvia. **A lógica e sua aplicação**: o problema da antecipação das formas das proposições elementares no tractatus lógico-philosophicus de Wittgenstein. Porto Alegre, Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1998

ANSCOMBE, G. E. M. **An Introduction to Wittgenstein's Tractatus**. Bristol, England: Thoemmes Press. 1996

BAKER, Gordon. **Wittgenstein, Frege & The Viena Circle**. Oxford: Basil Blackwell. 1988

BARBOSA FILHO, Balthazar. Sobre o Positivismo de Wittgenstein, **Manuscrito**, v. 5, n. 1, out. 1981.

BLOCK, Irving. **"Showing" in the Tractatus**: The roots of Wittgenstein and Russell's Basic Incompatibility. In: Ludwig Wittgenstein Critical Assessments. (s.c.): Stuart Shanker, v. I, Routledge, pp. 136-49. 1996

CHAUVIRÉ, Christiane. La monstration, unique mode de donation de l'a priori chez Wittgenstein. **Revue de Métaphysique et de Morale**. Juillet – Septembre, n. 3, PP. 291-301. 1996

CLAVELIN, Maurice. Élucidation Philosophique at "Écriture conceptuelle" logique dans Le Tractatus. **Revue Internationale de Philosophie**. Actes do colloque D'Aix-en-Provence: Wittgensteins, 21-26 Juillet, pp. 237-58. 1969

CUTER, João Vergílio Gallerani. A Aritmética do Tractatus. **Manuscrito**, v. 18, n. 2, pp. 109-39. 1995

DALL'AGNOLL, Darlei. **"Crítica da Linguagem" e Ética**. A demarcação dos limites do dizível no Tractatus Lógico-Philosophicus de Wittgenstein e seu sentido ético. Porto Alegre, Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1993

DUMMENT, Michel. Frege. **Philosophy of Language**. 2.ed. (s.c.): Gerald Duckworth. 1992

FARIA, Paulo F.E. **Forma Lógica e Interpretação**. Wittgenstein e o problema das incompatibilidades sintéticas: 1929-30. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1989.

GIANNOTTI, José Arthur. **APRESENTAÇÃO DO MUNDO**: considerações sobre o pensamento de Ludwig Wittgenstein, São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GLOCK, Hans-Johann. **Dicionário Wittgenstein**. Rio de Janeiro: Zahar. 1997

HACKER, Peter M. S. **Insight and Illusion**. Themes in the Philosophy of Wittgenstein. Bristol, UK: Thoemes. 1997

HADOT, P. Réflexions sur les limites du langage à propos du ‘Tractatus Logico-Philosophicus’ de Wittgenstein. **Revue de Métaphysique et Morale**, v. LXIV, pp. 469-84. 1959

HINTIKKA, J. **On Wittgenstein’s Solipsism**. In: Essays on Wittgenstein’s Tractatus. London: Routledge & Kegan Paul. 1966

HINTIKKA, Jaakko. **Ludwig Wittgenstein Half-Truths and-one-and-a Half-Truths**. Netherland: Dordrecht, 1996

HINTIKKA, Merrill B.; HINTIKKA, Jaakko. **Uma Investigação sobre Wittgenstein**. São Paulo: Papyrus. 1994

HYLTON, Peter. Functions, Operations, and sense in Wittgenstein’s Tractatus. In: **Early Analytic Philosophy**: Essays in Honor of Leonard Linsky. (s.c.): Open Court, pp. 91-105. 1997

HYLTON, Peter. The Significance of “On Denoting” In: **A Philosophical Companion to First Order Logic**. Indianápolis: Hackett, pp. 178-201. 1993

HYLTON, Peter. The Idealist Backgroud. In: **RUSSELL, Idealism, and The Emergence of Analytic Philosophy**. Oxford: Caredon Press. 1990

KENNY, Anthony. **Wittgenstein**. Madrid: Alianza. 1984.

KNEALE, Willian; KNEALE, Martha. **O Desenvolvimento da Lógica**. Lisboa: Gulbenkian. 1962.

LALANDE, A. **Vocabulário Técnico e Crítico de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes. 1993

MARQUES, José Oscar de Almeida. Pensar o Sentido de uma Proposição. **Manuscrito**, v. 18, n. 2, pp. 185-97. 1995

McGINN, Marie. Between Metaphysics and Nonsense: Elucidation in Wittgenstein's Tractatus. **The Philosophical Quarterly**, v. 49, n. 197, pp. 491-513. 1999

McGUINNESS, Brian F. Mysticism of the Tractatus. **Philosophical Review**, v. 75, n. 3, pp. 1966

McGUINNESS, Brian F. Pictures and Form in Wittgenstein's 'Tractatus' In: COPI, I.M.; BEARD, R.W. **Essays on Wittgenstein's Tractatus**. London: Routledge & Kegan Paul. 1966

MORENO, Arley R. Wittgenstein: Fenomenologia e Problemas Fenomenológicos. **Manuscrito**, v. 18, n. 2, PP. 199-225. 1995

MOUNCE, H. O. **Wittgenstein's Tractatus: An Introduction**. Chicago, The Chicago University Press. 1981

PEARS, David. **The False Prison: a study in the development of Wittgenstein's a Philosophy**, v. I, Oxford, UK. 1987

PEARS, David. Wittgenstein Tractatus of Solipsism in the Tractatus. In: **Ludwig Wittgenstein Critical Assessments**. v. I, (s.c.): Routledge. 1996

RAMSEY, Frank. Critical Notice of the Tractatus. In: **Ludwig Wittgenstein Critical Assessments**. v. I, (s.c.): Routledge. 1996

RUSSELL, Bertrand. **Introdução ao Tractatus Logico-Philosophicus de Wittgenstein.** In: WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus.** São Paulo: EDUSP. p. 9-112. 1993 .

RUSSELL, Bertrand. **Mysticism and Logic.** London: Routledge, 200-221. 1994

RUSSELL, Bertrand. **Ensayos Filosóficos.** Madrid: Alianza. 1985

RUSSELL, Bertrand. **Logic and Knowledge: Essays: 1901-1950.** London - New York: Routledge, 41-57. 1997

RUSSELL, Bertrand. **Theory of Knowledge.** London: Routledge. 1992

SANTOS, Luiz Henrique Lopes dos. A Essência da Proposição e a Essência do Mundo. In: WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus.** São Paulo: EDUSP. p. 9-112. 1993

SCHOPENHAUER, Arthur. **O Mundo como Vontade e Representação.** Rio de Janeiro: Contraponto. 2001

SELLARS, Wilfrid. Naming and Sayng. In: COPI, I.M.; BEARD, R.W. **Essays on Wittgenstein's Tractatus.** London: Routledge & Kegan Paul. 1966

WINCH, Peter. **Trying to make sense.** Oxford, pp. 3-17. 1987

WITTGENSTEIN, L. **Fichas (Zettel).** Lisboa: Edições 70. 1981

WITTGENSTEIN, L. **Investigações Filosóficas.** Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural. 1989

WITTGENSTEIN, L. **Notebook 1914-1916.** Appendix I-II-III. 2.ed. Oxford: Basil Blackwell. 1979

WITTGENSTEIN, L. **Philosophical Remarks.** Translation: Hargreaves, Raymond & White, Robert, Oxford, Basil Blacwell. 1990

WITTGENSTEIN, L. **Prototractatus**. An early version of Tractatus Logico-Philosophicus. London - New York: Routledge. 1998

WITTGENSTEIN, L. **The Blue and Brown Books**. New York, Basil Blackwell. 1960.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Trad. Luiz Henrique dos Santos, São Paulo: EDUSP. 1993

WITTGENSTEIN, L. **Wittgenstein y el Circulo de Viena**. México: Fondo de Cultura Económica. 1973

WITTGENSTEIN, L. **Wittgenstein's Lectures** – Cambridge 1932-1935. Chicago: The University of Chicago Press. 1979

ZEMACH, Eddy. Wittgenstein's Philosophy of Mystical. In: COPI, I.M.; BEARD, R.W. **Essays on Wittgenstein's Tractatus**. London: Routledge & Kegan Paul. 1966.